



FACULDADES MAGSUL

TATHIANE ÁREVALO AFONSO

**ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE  
CASO SOBRE O ATENDIMENTO DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AOS PROFESSORES DOS  
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2015**

PONTA PORÃ  
2015

TATHIANE ÁREVALO AFONSO

**ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE  
CASO SOBRE O ATENDIMENTO DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AOS PROFESSORES DOS  
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado às Faculdades Magsul, como  
parte dos requisitos para obtenção do  
título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora:Ma. Elizete Cardoso

PONTA PORÃ  
2015

TATHIANE ÁREVALO AFONSO

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à banca examinadora das  
Faculdades Magsul Ponta Porã, como  
exigência parcial para obtenção do título  
de licenciatura em Pedagogia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Elizete Cardoso

---

Membro: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Emne Mourad Boufleur

Ponta Porã, 07 de dezembro de 2015.

Dedico de todo o meu coração e carinho este trabalho que durante 4 anos foi construído com muito esforço para alcançar o meu objetivo à duas pessoas que foi minha base e minha motivação o meu pai Luiz Ramão Afonso e ao meu filho Paulo Vinícius que souberam me entender, me apoiar e me fortalecer nos momentos mais difíceis desta jornada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente que sempre foi e sempre será a minha força. À minha família que é minha estrutura meu marido Fabricio Romeiro e meu filho Paulo Vinícius que apesar da minha ausência estavam dispostos a seguir em frente comigo. Meu pai Luiz Ramão Afonso, minha mãe Olegaria Arevalo que sentiram muitas vezes as minhas angustias, aos meus irmãos Raquel, Renato e Tainara que sempre de alguma forma me ajudaram e me apoiaram. Aos meus sogros Lucia e Adilson e a tia Tereza que me acolheram como filha e sempre mederamo suporte que eu precisava.

Agradeço a minha cunhada Marisa Romeiro que proporcionou e tornou possível a realização dessa pesquisa. A minha amiga Andréa Jaraque foi um anjo enviado por Deus para ser meu guia quando eu estava sem forças, foi minha cabeça, minhas mãos nas horas que eu já não conseguia mais me expressar, às minhas amigas Cinthia Larrea, Rosecléia e a minha amiga Luciene Marques que sempre estava a disposição que foi um ombro para chorar e desabafar, elas me mostraram o valor da amizade e sorriram e choraram junto comigo sempre segurando a minha mão em todos os momentos.

Agradeço de todo o meu coração a professora Roseli Áurea que nunca se recusou a me dar a mão, que pra mim é a melhor, sempre dedicada e disposta a ajudar. Obrigada professora Emne a qual eu aprendi muitas coisas e abriu muitas portas para mim, professora Ivone Maciel e a professora Andrea Natalia que possuem uma sabedoria imensa, as professoras Lilian e Mirta que sempre buscou inovar, ao professor Genivaldo Alves que me fez apaixonar e ver a arte de outra maneira, com sentimento. Obrigada professora Betinha que foi a responsável em fazer eu me encantar pela área da gestão e políticas educacionais, foi ela que ensinou que mudar é preciso e fazer a diferença só depende de nós mesmo.

Agradeço em especial a minha orientadora que me iluminou e me guiou na construção dessa pesquisa, me aproximando mais ainda da educação e de seus desafios. Agradeço a todos os professores das FaculdadesMagsul que me proporcionaram tal importante conhecimento. Aos funcionários e amigos da Faculdade em especial a Cristina que foi para mim um anjo da guarda na minha formação profissional. As minhas companheiras de trabalho Marcilene e Fermina que sempre me incentivaram, àprofª. Dra. Fátima que é um exemplo que quero seguir e ao Sr. RobsonJosgrilbert que sempre me estendeu a mão no que eu precisava, ajudandoem todas as maneira a permanecer na Instituição abrindo as portas e me aconselhando como profissional, no qual aprendi muitas coisas ao me acolher como membro dessa equipe.

“Em todas as áreas, sobretudo na educação, o caminho se faz enquanto se anda. A grande descoberta é que não há exemplos prontos e fechados para seguir. O que há é um horizonte social, que inclui não uma forma acabada de estruturas sociais, mas um conjunto de princípios que servem de rumo dentro de uma realidade determinada e uma proposta metodológica que torne possível a aproximação deste horizonte.”

Carlos H. Carrilho

AFONSO, Tathiane Arevalo.CARDOSO, Elizete.**Assessoramento pedagógico: um estudo de caso sobre o atendimento da secretaria municipal de educação aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental - 2015.** p.67. Trabalho de Conclusão de Pedagogia– Faculdades MAGSUL, Ponta Porã, 2015.

## RESUMO

O trabalho desenvolve um estudo sobre a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã em seu assessoramento pedagógico para atender aos professores que atuam no 1º ao 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas municipais de Ponta Porã-MS. Surgiu da inquietação: De que forma o assessoramento pedagógico da SEMEPP vem trabalhando com os professores dos 1º ao 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais? Para dar início buscou-se refazer os caminhos que nortearam a trajetória da responsabilidade do município pela educação básica levando em consideração as políticas públicas e suas relações com o momento histórico vivido, enfatizando um pequeno percurso que busca compreender o atual momento na gestão pública municipal a respeito da formação profissional do educador no setor de Ensino Fundamental. O referente trabalho foi construído através de análises bibliográficas, pesquisa de campo, com observações de reuniões e cursos de formação de professores oferecidos pela SEMEPP (Lócus da pesquisa) juntamente com análises de documentos da secretária e das ferramentas utilizadas durante o trabalho pedagógico e de questionário aplicado aos professores do 1º ao 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas municipal da educação, nesta perspectiva delineou-se um perfil social onde teorias e propostas se confrontam trazendo a tona a realidade atual da Educação Pública Municipal a respeito do assessoramento pedagógico oferecido aos professores. Na primeira seção abrimos o trabalho com a introdução. Na segunda seção foi feita uma revisão bibliográfica recordando a história da educação e um breve histórico da pedagogia segundo Brandão e Ghiraldelli. Na terceira seção é apresentada a metodologia da pesquisa in lócus, enfatizando o assessoramento pedagógico na formação profissional de professores, e na quarta seção a pesquisa com o seu resultado. Tendo como resultado a percepção que o assessoramento pedagógico oferecido pela Secretaria de Educação de Ponta Porã responde as necessidades de formação para os professores atuantes, para a educação básica, e as características multiculturais da região, que vem de acordo com as propostas curriculares defendidas por pesquisadores da atualidade.

**Palavras-chave:** Assessoramento Pedagógico. Educação. Formação Continuada. Pedagogia.

AFONSO, TathianeArevalo. CARDOSO, Elizete. **Pedagogical advice: a case study on the care of the municipal board of education to teachers in the early years of elementary school - 2015.** p.67. Work of Pedagogy MAGSUL Colleges Conclusion, Ponta Pora, 2015.

## RESUME

The paper develops a study of the Department of Municipal Education of Ponta Pora in its pedagogical advice to meet the teachers who work in the 1st and 3rd year in the early years of primary education in public schools in Ponta Pora-MS. It arose from concern: How the pedagogical advice of SEMEPP has been working with teachers from 1st to 3rd years of the initial years of primary education in public schools? To initiate sought to retrace the paths that guided the trajectory of the municipality's responsibility for basic education taking into account public policy and its relations with the historical moment lived, emphasizing a small path that seeks to understand the current situation in municipal public management about the professional educator training in elementary education sector. The related work was built through bibliographic analysis and field research with observations of meetings and teacher training courses offered by GEMS (Locus Research) along with analysis of the secretary documents and tools used during the pedagogical work and questionnaire applied to teachers of 1st to 3rd year of the early years of elementary school of the municipal public schools of education in this perspective outlined is a social profile where theories and proposals are faced bringing to light the current reality of the Municipal Public education about the pedagogical advice offered to teachers. In the first section we opened the work with the introduction. In the second section was made a literature review recalling the history of education and a brief history of pedagogy second Brandão and Ghiraldelli. The third section presents the methodology of research in locus, emphasizing the pedagogical advice on professional training of teachers, and in the fourth section the research with its outcome. Resulting in the perception that the pedagogical advice offered by Ponta Department of Education Pora responds training needs for active teachers for basic education, and multicultural characteristics of the region, which is in accordance with the curriculum proposals advocated by researchers today.

**Keywords:** Pedagogical Advice. Education. Continuing Training. Pedagogical.



## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Qual o tipo de assessoria você como professor (a) vem recebendo da SEME.....42
- Gráfico 2 – O que você aproveita dessa assessoria? Que avanços você notou em seu trabalho em sala de aula.....43
- Gráfico 3 – Há alguma dificuldade encontrada durante esses assessoramentos que recebem.....44
- Gráfico 4 – Tem notado melhora na qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos .....45
- Gráfico 5 – Em sua opinião o que pode ser melhorado no assessoramento da SEME aos professores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental?.....46

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>apud</i>	Do latim “citado por”
<i>et al</i>	Do latim “mais de três”
<i>in</i>	Do latim “em seu, em sua.”
LDBN	Leis de Diretrizes Bases da Educação Nacional
<i>Lócus</i>	Do latim “no local”
SEMEPP	Secretaria de Educação Municipal de Ponta Porã
PME	Plano Municipal de Educação
PACTO	Programa de Alfabetização na Idade Certa
CNE	Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAIS TEÓRICOS: DA EDUCAÇÃO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>14</b>
2.2 A História da Educação no Brasil e a Escola Pública .....	16
2.2.1 As Finalidades da Escola.....	23
2.3 Pedagogia: Breve História .....	25
2.3.1 O Papel do Pedagogo: Formação Profissional .....	27
<b>3 METODOLOGIA ADOTADA NESTE ESTUDO .....</b>	<b>33</b>
<b>4 ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES.....</b>	<b>36</b>
4.1 O que é Sistema? .....	36
4.2 Organização da Equipe Administrativa e Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.....	37
4.3 Assessoria Pedagógica aos Professores do 1º Ao 3º ano dos Anos iniciais – <i>Lócus</i> da Pesquisa - estudo de caso.....	40
4.4 Entrevistas aplicadas aos professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental ____	42
4.5 Entrevistas Aplicadas aos Técnicos Pedagógicos.....	47
4.6 Entrevista com a Gestora da Secretaria Municipal de Educação .....	49
4.7 Análise Geral das Entrevistas.....	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE A- ENTREVISTA APLICADA AOS TÉCNICOS DA GERÊNCIA PEDAGÓGICA DA SEMEPP.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE B - Entrevista aplicada aos professores dos 1º ao 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais de Ponta Porã .....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICE C - Entrevista aplicada a Secretaria de Educação da SEMEPP. ____</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO A -Documento interno da SEMEPP. ....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO B -Dados da SEMEPP.....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO C -Organograma da SEMEPP.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO D -Gerência Pedagógica .....</b>	<b>65</b>

**ANEXO E -Documento interno da SEMEPP: atribuições da Gerência Pedagógica66**

**ANEXO F - Documento interno da SEMEPP – Funções de gestão e coordenação 67**

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa realizou um estudo sobre o assessoramento pedagógico oferecido aos profissionais que atuam nos anos iniciais 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Ponta Porã. A pergunta condutora que instigou o estudo é: Em que medida a assessoria pedagógica prestada aos professores tem melhorado suas práticas educativas? O problema é compreender como os professores são assessorados pedagogicamente na sua rotina de ensino na escola.

Sendo assim, verificou-se a educação e o ensino do município trazendo para reflexão a realidade da educação na linha de fronteira, os procedimentos pedagógicos que são desenvolvidos pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEME). É analisado neste estudo, como são realizadas as práticas e as atividades aplicadas aos professores, a maneira como se organizam, qual a providência tomada quando alguma situação exige mais atenção, que atitude pedagógica é utilizada para auxiliar os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando a aprendizagem das crianças que habitam a região, considerando a diversidade linguística, cultural e social.

Os objetivos específicos pretendem apresentar os referenciais teóricos por meio de autores que tratam da temática, esclarecer a metodologia adotada na pesquisa e realizar a coleta de dados em escolas da rede municipal de ensino sobre a assessoria pedagógica recebida pelos técnicos da SEME.

O estudo foi organizado em três seções, a primeira seção trata desta parte introdutória apresentando os principais elementos da pesquisa. A segunda seção aborda os referenciais teóricos referendados nos seguintes autores José Carlos Libâneo (2013), Maria Lucia Aranha, Franco Cambi (1999), Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Ghiraldelli Jr, entre outros autores que complementaram essa teoria. A terceira seção apresenta a metodologia adotada no estudo tendo como base principal os teóricos Lüdke e André (1986). A quarta seção apresenta a pesquisa de campo realizada com os técnicos da Secretaria Municipal de educação, bem como a análise realizada com professores nas escolas da rede municipal de ensino, relatando como é feito a assessoria pedagógica aos docentes dos 1º ao 3º dos anos iniciais do ensino fundamental. Na sequência discutem-se os resultados da pesquisa, as considerações finais do estudo e as referências trazendo todas as fontes que foram consultadas para realização da pesquisa.

O estudo adotou como metodologia a abordagem qualitativa da pesquisa e empregou a técnica do estudo de caso. Para a coleta de dados, utilizou-se dos

instrumentos da observação, aplicação de entrevistas semi estruturadas e análise de documentos.

Avalia-se para a realização deste estudo, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), nº9.394/1996, no artigo30, reza que:“Compete aos Municípios: VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental”. Já no artigo 211 da Constituição Federal de 1988, aponta que: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. §2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”.

Portanto, fica claro que a responsabilidade de garantir essas modalidades de educação para as crianças é do município. Mas, indaga-se: Como é feito esse trabalho? A Secretaria de Educação do Município consegue atender as demandas de alunos? Como os profissionais são preparados e como é a formação para os que atuam e atuarão nessas modalidades?

Partindo destas inquietações e por ser um município de fronteira, o estudo pretende trazer contribuição aos profissionais da educação do município, a partir de reflexões e buscando respostas para a formação em serviços dos docentes que atuam na rede municipal de ensino.

## **2REFERENCIAIS TEÓRICOS: DA EDUCAÇÃO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Esta Seção tem o objetivo de apresentar os embasamentos teóricos sobre a temática deste estudo. Inicialmente discutem-se o conceito de educação, a história da educação e a escola pública, os aspectos da legalidade e a formação profissional do professor, visando compreender essa construção e trajetória e a sua importância para o aperfeiçoamento profissional do docente.

### **2.1 O Que é Educação?**

A educação é vista como fenômeno primordial e básico da vida humana, congênere e contemporâneo da própria vida em todas as suas faces e situações, Marques (2006) é categórico ao mencionar que:

O homem é um ser inacabado, não prisioneiro nem mero produto de um ambiente, porque se faz, constrói-se ao construir seu mundo, desde que construir a si mesmo também, significa construir um mundo que seja o seu, que leve sua marca e que possa ele assumir como obra de sua responsabilidade (MARQUES, 2006, p.59).

O processo histórico da humanização vem construindo o homem desde sua peculiaridade individualmente e em sociedade, permitindo viver conforme a realidade que habita. Marques (2006) reforça dizendo que a tarefa intransferível no sentido de que ninguém educa ninguém, mas tarefa solidária no sentido de que os homens em sociedade se educam e organizam as condições e situações da própria educação, conduzem as políticas de educação.

Brandão (2006) afirma que ninguém escapa da educação, comparando a educação indígena com a educação de uma universidade dos Estados Unidos, onde os índios depois de serem alfabetizados por americanos voltaram para suas aldeias totalmente “inúteis”, pois não sabiam caçar, não serviam para guerreiros e nem para conselheiros, pois, a educação que eles receberam não servia para o ambiente e para a vida que eles levavam. Percebe-se que não existe um único modelo de educação e que educação acontece em casa, na rua, na escola e de modos diferentes.

Nas aldeias, a educação era passada de pai para filho, de geração a geração, a criança vê, entende, imita e aprende, essa situação é uma forma de

aprendizagem. Educação e Pedagogia são alteridades distintas, referidas, no entanto, uma à outra, em reciprocidade. Nessa perspectiva Marques (2006) concorda que a ação educativa constitui-se em prática social porque a atividade humana distinta do comportamento natural, espontâneo; prática exigente de uma teoria que a constitua e oriente da mesma forma que a teoria sendo teoria daquela prática específica.

Brandão (2006) refere-se sobre a teoria da educação como a Pedagogia, que é o momento em que a educação vira o ensino, que inventa a pedagogia, onde aldeia vira escola e transforma “todos” no educador. Aos poucos esses educadores transformam-se em profissionais, especialistas no ensino. O pedagogo era o educador por cujas mãos a criança grega atravessava os anos a caminho da escola, por caminhos da vida. Os sofistas transformaram a educação superior em um tempo de formação do orador, onde a qualidade da retórica tem mais valor do que a busca desinteressada da verdade, exercício dos nobres dos períodos anteriores. Percebe-se que cada período era marcado por uma fase de mudanças educacionais, a forma de pensar dos filósofos contribuía muito para essas mudanças.

Em sua obra: *O que é Educação*, Brandão (2006) ainda fala do modelo de educação de Roma e o que ela ensina como a educação é vista, as diferenças, como ela foi sendo elaborada, as leis que surgiram, sabe-se que a educação em Roma era difusa, que a educação da criança era tarefa doméstica, educação tradicional. As crianças eram educadas pelos pais em casa até os sete anos. Roma copiou algum modelo de educação dos gregos, mas a principal finalidade dos romanos era prepará-los para a vida social. A educação transforma o indivíduo e a sociedade. As leis, pelo menos na teoria, expressam uma educação para todos e de qualidade.

A sociedade e a educação se relacionam. A educação transforma a vida, transforma a pessoa e o ambiente no qual ela faz parte. Brandão (2006) fala de quando a *Enciclopédia Brasileira de Moral e Civismo*, editada pelo Ministério de Educação e Cultura, que define educação, pensando talvez expressar uma ideia consensual, ela de fato repete o ponto de vista das definições anteriores. Vejamos:

Educação. Do latim ‘educere’, que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter. A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É a atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DE MORAL E CIVISMO *in* BRANDÃO, 2006, p.63).



Nessa perspectiva a educação vem desenvolvendo o processo físico, moral, espiritual e intelectual do indivíduo, fazendo com que o homem viva em meio à sociedade, exercendo seus deveres e direitos, passando dia-a-dia por transformações. Observa-se que a Educação é a base de tudo e por lei é direito de todos, assim como a Constituição Federal de 1988 no Art. 205 (BRASIL, 2007, p.136) garante “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da Sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Com esse pressuposto do direito, entende-se que a educação é parte intrínseca da formação política, filosófica, pedagógica e humana do professor. Ter acesso à esse direito é parte da luta histórica da educação no nosso país, constituindo-se em elemento essencial para a construção dos saberes dos professores.

Para tanto, trata-se no próximo item sobre a história da educação no Brasil e a escola pública.

## 2.2 A História da Educação no Brasil e a Escola Pública

A história da Educação no Brasil está relacionada à consolidação da escola pública e às políticas educacionais. O período demarcado inicia-se com a década de 1930 do século XX, segundo Bittar (2012) foi a época em que a organização e implantação de um sistema escolar público no país tornou-se condição *sinequanon* para o seu desenvolvimento socioeconômico e se estende aos anos 2000 com a consolidação da democracia e do Estado de Direito no Brasil.

A história da educação passa por uma trajetória de mudanças principalmente nas décadas de 1930 a 1960, no qual o Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública. No modo estrutural, por haver uma aceleração no modo produtivo capitalista no qual ocasionou as mudanças econômicas, houve uma transição que refletiu diretamente no aparelho escolar. Em termos políticos, conforme Bittar (2012) o período está compreendido entre dois processos vinculados à transição de um modelo econômico agrário-exportador para industrial-urbano: a Revolução de 1930 e o golpe de Estado de 1964.

Nos meados de 1932, a educação foi palco de manifestações ideológicas, na qual interesses opostos vinham disputando espaço no cenário nacional, conforme relata Bittar:

[...] de um lado, a Igreja Católica e setores conservadores pretendendo manter a hegemonia que mantinham historicamente na condução da política nacional de educação; de outro, setores liberais, progressistas e até mesmo de esquerda, aderindo ao ideário da Escola Nova, propunham uma escola pública para todas as crianças e adolescentes dos sete aos 15 anos de idade. Essa disputa ideológica atravessou décadas e reformas educacionais sem que o poder público brasileiro edificasse um sistema nacional de escolas públicas para todos (BITTAR e BITTAR, 2012, p.158).

De fato, durante o período de 1930 a 1964, ocorreram várias reformas educacionais no Brasil sem que fosse resolvido o secular problema do analfabetismo e da garantia de pelo menos quatro anos de escolaridade para todas as crianças, fato que evidencia a forma como o Estado Nacional conduziu a política educacional da época.

Antes de 1930 com toda aquela agitação, de contestação de ideias e práticas estabelecidas e aquelas que caracterizavam a organização escolar do período eram combatidas. Ribeiro (2001, p. 98) diz que “já não eram apenas ou predominantemente os políticos que denunciavam a insuficiência do atendimento escolar elementar e os consequentes altos índices de analfabetismo”. O problema passava a ser tratado, por educadores “de profissão”.

O professor Nagle citado por Ribeiro (2001) denominava *entusiasmo pela educação* a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar, seria possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo. Nagle também denominava de *otimismo pedagógico* a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro.

Para alguns autores como Luiz Pereira se referem ao período da Revolução de 1930, como sendo o do “grande despertar” da sociedade brasileira (RIBEIRO, 2001 p. 102). Pois foi na Revolução de 1930 segundo Bittar (2012, p.158), que passou a edificar o Estado burguês adotando medidas centralizadoras que garantissem a unidade nacional e a sua presença em setores estratégicos, como na supremacia sobre o próprio território.

Foi nesse contexto que logo após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Francisco

Campos, que implantou a Reforma de 1931, precedida por um pedido de Vargas aos educadores reunidos na IV Conferência da Associação Brasileira de Educação (ABE) para que fornecessem ao governo “o sentido pedagógico da revolução”.

Esta reforma segundo Ribeiro (2001, p. 107) se reveste de importância por ter adotado como regra de organização o sistema universitário, pelos decretos n. 19.851 e 19.852, de abril de 1931, é empreendida a reforma do ensino superior, que leva o nome do titular do ministério. Nesta perspectiva Ribeiro (2001) afirma que “uma semana depois (18-4-1931), pelo Decreto nº 19.890, organiza o ensino secundário como objetivo de transformá-lo em curso eminentemente educativo”. Nessa perspectiva para Bittar:

A Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, teve como diferencial a criação, pelo menos em lei, de um Sistema Nacional de Educação, além de ter criado o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo para assessorar o Ministério da Educação. O texto da Reforma determinou que o ensino secundário ficasse organizado em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois anos. Dessa forma, o ensino secundário compreendia a escolarização imediatamente posterior aos quatro anos do ensino primário e tinha caráter altamente seletivo (BITTAR e BITTAR, 2012, p.158).

Ribeiro afirma que a divisão ficou em duas etapas: a primeira, com a educação de cinco anos (curso fundamental), era o “curso de formação do homem, em que através de hábitos, atitudes e comportamentos se habilita a viver integralmente e a ser capaz de decisões convenientes e seguras em qualquer situação” (MIRANDA in RIBEIRO, 2001, p.107), a segunda, de dois anos, visava a adaptação às futuras especificações profissionais. Esta reforma também tornou obrigatória certas cadeiras nesta segunda etapa (sociologia, história da filosofia, higiene, economia política, estatística).

Desde então a educação tomou um rumo maior, no qual a Constituição Brasileira de 1934 promulgou o direito à educação, com a consequência da gratuidade e da obrigatoriedade tomou forma legal, além de ter declarado gratuito o ensino primário de quatro anos. Bittar relata:

A Carta de 1934 consagrou o princípio do direito à educação, que deveria ser ministrada ‘pela família’ e ‘pelos poderes públicos’ e o princípio da obrigatoriedade, incluindo entre as normas que deviam ser obedecidas na elaboração do Plano Nacional de Educação, o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos, e a tendência à gratuidade do ensino ulterior ao primário (BITTAR, 2012, p.159).

As reformas não pararam por aí, com o golpe de Estado que instituiu a ditadura de Vargas (1937-1945), uma nova Constituição, a de 1937, foi adotada no Brasil, a qual, no aspecto da educação, transformou em ação supletiva o que antes era dever do Estado. Assim como Bittar demonstra:

Durante a ditadura de oito anos, o governo editou uma das reformas mais duradouras do Sistema Educacional Brasileiro, as chamadas Leis Orgânicas do Ensino, mais conhecidas como Reforma Capanema (1942-1946). Esse conjunto das Leis Orgânicas do Ensino, editadas de 1942 a 1946, estabeleceram o ensino técnico-profissional (industrial, comercial, agrícola); mantiveram o caráter elitista do ensino secundário e incorporaram um sistema paralelo oficial (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) (BITTAR, 2012, p.159).

A Reforma Capanema incorporou também algumas reivindicações como: a) gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; b) planejamento educacional (Estados, territórios e Distrito Federal deveriam organizar seus sistemas de ensino); c) recursos para o ensino primário (Fundo Nacional do Ensino Primário) estipulando a contribuição dos Estados, Distrito Federal e dos municípios; d) referências à carreira, remuneração, formação e normas para preenchimento de cargos do magistério e na administração.

Terminada a ditadura Vargas, fato que coincidiu com o final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil editou a sua quarta Constituição republicana (1946), que consagrou digamos os direitos e garantias individuais e assegurou a liberdade de pensamento. Nesse período surgiu a tendência progressista, mas nem mesmo esses princípios progressistas da democracia que garantia de certa forma uma maior expressão de liberdade, no qual estava no papel, não estava de fato realmente acontecendo.

Bittar (2012) demonstra que esses princípios progressistas, no entanto, não garantiram a universalização sequer da escola primária para todas as crianças brasileiras, ou seja, a sequência de reformas que vimos, especialmente nos seus aspectos mais democráticos, pouco saía do papel. Aliás, um traço recorrente das políticas educacionais brasileiras: incorporação de princípios democráticos que não chegam a ser postos em prática.

Foi então que em 1946 a Constituição prevê pela primeira vez a elaboração de uma lei específica para a educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que viria a ser aprovada apenas em 1961, Lei 4.024, de 20 de Dezembro.

Shiroma (2007) relata que com todas as manifestações, organizações criadas por trabalhadores e estudantes, mobilizações populares reivindicando reforma agrária reforma na estrutura econômica, na educação, enfim, reformas na estrutura da sociedade brasileira, repercutindo intensamente no campo da cultura e da educação, toda essa movimentação eram chamados “movimentos de educação popular”, articulados no início dos anos 1960, que atraíram intelectuais e militantes preocupados com questões educativas. Relembra Shiroma:

Expressam bem esses movimentos: os Centros Populares de Cultura, os celebrados CPCS da UNE, que levavam “o teatro ao povo”, improvisando a encenação de peças políticas em portas de fábricas, sindicatos, favelas, os Movimentos de Cultura Popular (MCP), originários de Pernambuco e Rio Grande do Norte, que inauguravam programas de alfabetização eficientes e altamente politizados, como o de Paulo Freire e o de “De pés no chão também se aprende a ler”, liderado por Moacyr de Góes [...] (SHIROMA, 2007, p. 26-27).

Movimentos que levaram o governo a pensar e tomar um posicionamento em relação à alfabetização, porém atrás da alfabetização no governo estadual havia uns propósitos, ou seja, objetivos políticos. No qual um dos objetivos era criar uma conscientização política nessa perspectiva tratava-se de organizar a população em torno de interesses reais, como a cidade, o bairro, a profissão. Por outro lado havia uma finalidade eleitoral imediata: alfabetizar para aumentar os números de eleitores, uma vez que na época não poderia votar os iletrados (SHIROMA, 2007).

Foi então, que surgiu o autor principal do método de alfabetização de adultos que priorizou a leitura como força no jogo de dominação social Paulo Freire. Shiroma (2007) conta que o “método procura, a partir de palavras-chave, levar o analfabeto à palavra escrita com a consciência de sua situação política”. Na época isso provocou uma revolução.

[...] enchia os jornais de manchetes sobre a reforma agrária, o voto do analfabeto, o imperialismo, a agitação camponesa, o movimento operário, a nacionalização de empresas americanas. Populismo? Talvez, mas para o autor “o país estava irreconhecivelmente inteligente”. Eram as reformas de base postas em discussão aberta (SCHWARZ *in* SHIROMA, 2007, p.27).

Shiroma (2007) ainda relata que o governo João Goulart, em janeiro de 1964, propôs o Plano Nacional de Alfabetização, inspirado no “método que alfabetizava em 40 horas”, de Paulo Freire, com o objetivo de alfabetizar 5 milhões de brasileiros até

1965. O plano como outras reformas, teve uma mínima duração, uma das primeiras iniciativas do governo imposto pelo golpe militar, em abril de 1964, teve o seu fim.

Em 2 de agosto de 1971, a Lei 5.692 fixou as diretrizes e bases par o ensino de 1º e 2º graus. Essa lei introduziu mudanças profundas na estrutura de ensino vigente até então.

Dessa vez não ocorreram as disputas entre a Igreja e os defensores da escola pública e laica, ou entre privatista e publicista, como nas Constituições de 1934 e 1946 ou na tramitação da LDBN de 1961. Os partidários da escola pública estavam desarticulados ou haviam sido cooptados ela reforma, e os interesses privados foram plenamente atendidos. A nova lei assegurava espaço para o ensino religioso e ampliava o princípio privatizante, garantindo amparo técnico e financeiro à iniciativa privada (SHIROMA, 2007, p.33).

As mudanças começaram a tomar um rumo ao desenvolvimento da educação, trazendo mudanças notáveis e importantes, como a obrigatoriedade escolar ampliada para oito anos, com a fusão dos antigos cursos primário e ginásial, ou seja, Shiroma (2007) explica que instituiu-se a obrigatoriedade escolar para a faixa etária entre os 7 e aos 14 anos, eliminando-se assim o excludente exame de admissão ao ginásio.

Para Libâneo (2011) “a Lei 5.692 de 1971 para a escola pública teve a difusão dos princípios e métodos da escola nova que juntamente à pedagogia tecnicista, na Lei têm seu momento”. Libâneo (2011) diz que “os educadores mais conscientes das vinculações entre a educação e a transformação social acreditavam que, pela escola nova, se poderia trabalhar na formação crítica dos alunos”.

Em meados da década de 1980 o índice de marginalidade passou a crescer como relata Shiroma a respeito do quadro educacional brasileiro na qual houve uma era dramática.

50% das crianças repetiam ou eram excluídos ao longo da 1ª série do 1º grau; 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola. Além disso, 8 milhões de crianças no 1º grau tinham mais de 14 anos, 60% de suas matrículas concentravam-se nas três primeiras séries que reuniam 73% das reprovações. Ademais, é importante lembrar que 60% da população brasileira viviam abaixo da linha da pobreza (SHIROMA 2007 p.35).

Libâneo (2011) nessa fase propõe a escolarização formal na escola pública dentro de uma perspectiva de uma nova qualidade de ensino, no qual por volta de 1980 começam a se desenvolver estudos e pesquisas que, sem descuidar da consideração dos determinantes estruturais, procura determinar a influencia da própria escola na marginalização social das camadas populares.

Em 1987, segundo Shiroma, iniciaram-se as discussões em torno do projeto para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O primeiro projeto, delineado por Dermeval Saviani foi apresentado a Câmara Federal em 1988, naquele texto, de acordo com Shiroma (2007) “ficou registrado e deu-se visibilidade às reivindicações que, de certo modo, foram incorporadas ao texto constitucional”.

A questão da escola pública acirrou discussões no decorrer dos trabalhos da Constituinte de 1987/1988. Segundo Aranha (2006) “muitos foram os confrontos e pressões, inclusive da escola particular, desejosa de manter o acesso às verbas públicas garantidas pela Constituição anterior”. Destacam-se alguns pontos importantes da Nova Constituição de acordo com Aranha (2006):

- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Ensino fundamental obrigatório e gratuito;
- Extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio;
- Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;
- Acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, ou seja, o seu não-oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (podendo ser processada);
- Valorização dos profissionais do ensino, com planos de carreira para o magistério público;
- Autonomia universitária;
- Aplicação anual pela União de nunca menos de 18% e pelos estados, Distrito Federal e municípios de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Distribuição dos recursos públicos assegurando prioridade no atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do plano nacional de educação;
- Recursos públicos destinados às escolas públicas podem ser dirigidos a escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas, desde que comprovada a finalidade não-lucrativa;
- Plano nacional de educação visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder que

conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Através dessa Lei foi estabelecida a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Em dezembro de 1996 foi publicada a Lei nº 9.394, projeto proposto pelo senador Darcy Ribeiro, segundo Aranha (2006) a Lei garantia a democratização da educação. Em janeiro de 2006 o Senado aprovou o projeto de lei que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, garantindo o acesso de crianças a partir de 6 anos de idade. Outro elemento importante é a flexibilidade da lei que ocorre no artigo 23 conforme Aranha (2006) demonstra:

Um elemento de flexibilidade da lei ocorre no artigo 23, que permite a organização da educação básica em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos etc., o que supõe ampla autonomia de cada escola, desde que se tenha em vista a avaliação da aprendizagem (ARANHA, 2006, p.327).

Nota-se que a educação passou por grandes processos, muitas vezes progressistas outras vezes recuando, embora tenham acontecido avanços, a educação ainda traz riscos principalmente em interpretar as leis como Pedro Demo citain Aranha (2006) diz respeito à flexibilidade, que traz riscos de se interpretar, por exemplo: “a progressão regular ou continuada será facilmente interpretada como progressão automática, introduzindo a farsa já comum de empurrar o aluno para frente sem qualquer comprovação da aprendizagem adequada”.

### 2.2.1 As Finalidades da Escola

Sabe-se que a escola é um lugar de ensino e difusão do conhecimento, Libâneo (2011, p.80) descreve como “instrumento para o acesso das camadas populares ao saberelaborado; é simultaneamente, meio educativo de socialização do aluno no mundo social adulto”. Ressalta ainda que:

O ensino, como mediação técnica, deve dar a todos uma formação cultural e científica de alto nível; a socialização, como mediação sociopolítica, deve cuidar da formação da personalidade social em face de uma nova cultura. A contribuição da escola para a democratização está no cumprimento da função que lhe é própria: a transmissão/assimilação ativa do saber elaborado (LIBÂNEO, 2011, p.80-81).



Nesta perspectiva a escola assume a importância da difusão da escolarização para todos e do desenvolvimento do ser humano total, incluindo às camadas populares, os conteúdos culturais mais representativos do que melhor se acumulou historicamente do universal, que segundo Libâneo (2011) é requisito necessário para tomarem partido no projeto histórico-social de sua emancipação humana. Os estudos recentes sobre o sistema escolar e as políticas educacionais tem se centrado na escola como unidade básica e espaço de realização dos objetivos e metas do sistema educativo.

A escola, segundo Libâneo (2013, p.32): “é vista como espaço educativo, uma comunidade de aprendizagem construída pelos seus componentes, um lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão”.

Tem sido cada vez mais importante compreender a escola como lugar de construção e reconstrução da cultura, não só de cultura científica, mas cultural, histórica, social, a própria cultura do aluno e da escola.

Para Gómez in Libâneo (2013, p. 33) “a escola, e o sistema educativo em seu conjunto, pode ser considerada como uma instância de mediação cultural entre os significados, sentimentos e condutas da comunidade social e o desenvolvimento humano das novas gerações”. Neste sentido a cultura da escola refere-se aqueles significados, modos de pensar e agir, valores, comportamentos, modos de funcionamento que, de certa forma, mostram a identidade e os traços característicos da escola e das pessoas que nela trabalham.

Há todo um fator que envolve o desenvolvimento da escola e uma delas é a organização escolar, no qual Libâneo (2013, p.35) enfatiza que se estamos convictos de que as organizações educam, as formas de organização e gestão têm uma dimensão fortemente pedagógica, de modo que se pode dizer que os profissionais e usuários da escola aprendem com a organização e as próprias organizações aprendem, mudando junto com seus profissionais. É assim, a questão do professor na participação e gestão da escola.

Os professores pela participação no trabalho escolar podem aprender várias coisas, como: tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, investir no seu desenvolvimento profissional, e o mais importante aprender sua profissão.

É claro que em sua formação inicial haverá um desenvolvimento profissional, mas para Libâneo (2013, p.35) “é imprescindível ter-se a clareza hoje de que os

professores aprendem muito compartilhando sua profissão, seus problemas, no contexto de trabalho”.

É no exercício diário como educador que, de fato, o professor dilata sua profissionalidade. Este é hoje o ponto principal para a formação continuada.

Colocar a escola como local de aprendizagem da profissão de professor significa entender que é na escola que o professor desenvolve os conhecimentos e as competências do ensinar, mediante um processo ao mesmo tempo individual e coletivo. Internalizar saberes e competências significa “saber encontrar e pôr em prática respostas apropriadas ao contexto na realização de atividades de um projeto” (LIBÂNEO, 2013 p.35).

Nesta perspectiva acredita-se que as competências referem-se a conhecimentos, habilidades e atitudes obtidas nas situações de trabalho, no confronto de experiências, no contexto do exercício profissional.

Essa é a razão segundo Libâneo, pelo qual as escolas se constituem em locais de aprendizagem dos professores e de desenvolvimento profissional.

Em relação à formação inicial dos profissionais para a Educação Básica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9394/96, nos artigos 63 e 64, assegura que a formação desses profissionais para as áreas de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional poderá ser feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, garantida, nessa formação, a base comum nacional. Mas essa formação também poderá ser realizada nos Institutos Superiores de Educação (ISEs), que manterão, entre outros, “cursos formadores de profissionais para a educação básica...”.

### 2.3 Pedagogia: Breve História

A noção de pedagogia surgiu na Grécia como afirma Ghiraldelli Jr. (2007) que “em grego antigo, paidós significa “criança” e agodé indica “condução”; aglutinadas e adaptadas ao português elas nos dão a palavra pedagogia.” No mundo grego clássico o pedagogo era aquele que guiava a criança ao local de ensino das primeiras letras e ao local da ginástica e dos exercícios físicos. Percebe-se que o pedagogo era quem conduzia a criança.

Nos dias atuais, a pedagogia tem um significado de grande importância. Em geral pedagogia para Ferreira (1999, p. 1523) é “[Do gr. Paidagogía] S. f. 1. Teoria e ciência da educação e do ensino. 2. Conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação e

instrução que tendem a um objetivo prático. 3. Estudos das ideias da educação(...). 4. Profissão ou prática de ensino”. Sendo diretamente relacionada à educação. A Pedagogia passou por um processo de reorganização e estruturação para chegar a um sentido próprio em sua teoria, na qual teve como objetivo para a sociedade moderna formar o indivíduo para a cidadania. De acordo com Cambi:

A história da pedagogia no sentido próprio nasceu entre os séculos XVIII e XIX e desenvolveu-se no decorrer deste último como pesquisa elaborada por pessoas ligadas à escola, empenhadas na organização de instituição cada vez mais central na sociedade moderna (para formar técnicos e para formar cidadãos), preocupadas, portanto, em sublinhar os aspectos mais atuais da educação-instrução e as idéias mestras que haviam guiado seu desenvolvimento histórico (CAMBI, 1999, p.21).

A Pedagogia tem uma grande importância para a sociedade, porque através dela inicia-se o processo de aprendizagem, é uma teoria da educação, ou pode-se dizer também que é uma ciência educacional.

Quando a palavra pedagogia é utilizada, não se refere propriamente ao conteúdo do que é ensinado, mas aos meios de ensino, aos procedimentos para que alguém tenha acesso a um determinado conhecimento, essa é a visão que Ghiraldelli JR. (2007) nos transmite a respeito da pedagogia atual.

A história da pedagogia passou por processos e evoluções que vão mudando o histórico educativo tendo uma ampliação da discussão sobre a educação em geral, abrindo leques e interligando-se com outras ciências, como a psicologia, necessária para a aprendizagem, as técnicas de alfabetização e a política educacional, dessa maneira foram dando espaço para a vida social. Como nos afirma Cambi (1999):

Primeiramente, a pedagogia perdia a sua exclusiva (ou quase) conotação filosófica e revela-se constituída pelo encontro de diversas ciências e portanto como um saber interdisciplinar que entrelaçava a sua história com a de outros saberes, sobre tudo as diversas ciências humanas de que é tributária e síntese. Depois, a pedagogia também se prestava a um papel cada vez mais central na vida social: formar indivíduo socializado e operar essa formação através de múltiplas técnicas (voltado para o corpo, ora para o imaginário, ora para o intelecto, ora para o manual) disseminadas no corpo social (CAMBI, 1999, p23).

Com essa afirmação, nota-se que a pedagogia tem um grande interesse em socializar o indivíduo, preparando-o para viver em sociedade, ensinando-o e capacitando-o. O que antes tinha um único saber passou a ter vários, ou seja, era fechado, passou a ser aberto, da filosofia para outras ciências.

Libâneo (2000) discorre a ideia de que a Pedagogia tem como objetivo a ocupação de processos educativos, métodos, maneiras de ensinar e principalmente uma característica que carrega em seu bojo, os objetivos sócio-políticos e que estes acabam por estabelecer formas organizacionais e metodológicas da ação educativa.

No Brasil, o início da aprendizagem foi um legado da educação jesuítica que segundo Saviani (2010) “o plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental”, assim iniciou o processo de aprendizagem no Brasil como é notório queriam primeiramente converter toda a tribo para a fé católica, catequizando os índios, sendo que antes da educação chegar ao Brasil as comunidades tribais, segundo Aranha (2006), tinham sua própria educação que era chamada de educação difusa nas quais as crianças aprendiam imitando os gestos dos adultos nas atividades diárias e nos rituais.

A educação passou por vários processos, assim, a pedagogia foi se transformando em um campo de atividade, na qual sua maior preocupação foi exatamente a educação.

Nesta perspectiva, nota-se que a pedagogia de acordo com Ghiraldelli JR (2007) transformou-se em um conceito a respeito do que fazer com a educação.

Na visão de Libâneo (2000, p. 22) a “Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante”. Enfatiza ainda que “ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa”.

### 2.3.1 O Papel do Pedagogo: Formação Profissional

Na linguagem de hoje, na Grécia antiga pode-se dizer que o pedagogo era visto como babá ou serviçal, a pessoa que apenas cuidava de criança. Ghiraldelli (2007) afirma que o pedagogo não necessariamente era um preceptor, mas, alguém responsável pelo ensino propriamente dito, em geral não era aquele que de fato ensinava conteúdos, a não ser alguns poucos hábitos, ligados aos costumes local.

Relatando de fato o papel do pedagogo na Grécia, Ghiraldelli quer ressaltar que a função do pedagogo era colocar as crianças no caminho da escola, ou seja, na direção do saber.

Atualmente a formação de pedagogos se dá no Curso de graduação de Pedagogia, no qual, segundo Libâneo (2000, p. 31) “deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas sócio-educativas do tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades”.

O pedagogo é considerado um profissional especializado em estudos e ações relacionados à ciência pedagógica e tem um leque de atuação, que para Libâneo:

[...] o curso de Pedagogia ofereceria formação teórica, científica e técnica para sua atuação em diferentes setores de atividades: nos níveis centrais e intermediários do sistema de ensino (políticas públicas para a educação, planificação e gestão, pesquisa e supervisão do sistema de ensino); na escola (administração, supervisão do ensino, assistência pedagógico-didática a professores e aluno, formação continuada, avaliação); nas atividades extra-escolar (práticas educativas paraescolares, serviços de saúde e promoção social, meios de comunicação, formação profissional, produção de materiais didáticos de variadas natureza etc.); nas atividades ligadas à formação e capacitação de pessoal nas empresas (LIBÂNEO, 2000, p.37).

Nessa perspectiva, o pedagogo tem um vasto campo de atuação proporcionado pela formação e onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há uma pedagogia.

Segundo Libâneo (2000), fica claro que o “Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação”. Isso tendo em vista, objetivos de formação humana definidos em sua contextualização, ou seja, sua realidade.

Assim, a identidade do pedagogo se reconhece, na identidade do campo de investigação e na sua atuação dentro da variedade de atividades voltadas para o educacional e para o educativo.

A lei que já norteava o cenário da formação de educadores desde a década de 1960, LDBN 9394/96, reforçou a questão da identidade do pedagogo, conforme já citado neste estudo e reforça-se de forma mais completa o que expressam os artigos relativos à formação e qualificação de docentes. O artigo 62 da LDB reza que: “a formação de docentes para atuar na educação básica se dará em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na

modalidade Normal”. Já o artigo 63, expressa que: “Os institutos superiores de educação manterão; I cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental”. O artigo 64 aponta que:

“a formação de profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional” (BRASIL, 1996, p.23).

De acordo com a Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia (CNE, 1999) o perfil do pedagogo foi definido como um “profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissional”.

Sendo assim, esse vasto campo de atuação do pedagogo permite sua contribuição no trabalho de formação continuada dos professores em especial na formação em serviço que acontece diuturnamente nas escolas e também em nível de assessoramento nos órgãos centrais, tais como: Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Ressaltando-se o objeto de estudo desta monografia que trata sobre a assessoria pedagógica realizada pela Secretaria Municipal de educação aos professores dos 1º ao 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.

A formação continuada envolve tanto o setor pedagógico como o técnico e administrativo. De fato como menciona Libâneo (2013) “A formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores e especialistas”. Nesta perspectiva criam-se condições de enfrentar e resolver problemas, elaborar e modificar procedimentos, criar e recriar estratégias de trabalho promovendo neste sentido mudanças pessoais e profissionais.

Cabe lembrar que o termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. Libâneo ressalta:

A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (LIBÂNEO, 2013, p. 187).

Libâneo ainda explica a importância dessa formação continuada, no qual diz que é uma formação permanente, que se prolonga por toda a vida, tornando-se crucial numa profissão que lida com a transmissão e internalização de saberes e como formação humana.

Para Oliver in Suanno (2012, p.291) ao falar da formação continuada ressalta “a necessidade de mudanças e adaptação ao meio, como resposta social aos desafios de cunho ideológico, cultural e tecnológico, inclui a necessidade de inovação no campo educativo”. Ressalta ainda que “os centros educativos e o professorado que neles exercem a docência precisam garantir o processo de mudança e melhora que a sociedade exige”.

Neste ponto de vista sobre a formação continuada, todos têm a ganhar, as escolas passam por inovações estruturais como as formas alternativas de gestão, as práticas interculturais, processo de ensino e aprendizagem, o reconhecimento da diversidade social e cultural do aluno, a interligação entre a escola e a comunidade. Libâneo (2013) ainda acentua que até o perfil dos alunos se modificam em decorrência a assimilação de novos valores.

A Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã assim como Libâneo (2013) acredita que é em relação a essas novas e difíceis condições de exercício da profissão que a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las.

A formação continuada que os professores do 1º ao 3º anos do ensino fundamental das escolas Municipais de Ponta Porã vem recebendo é conhecido como PACTO que é ofertado pela Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã, com o assessoramento dos técnicos pedagógicos.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios para assegurar a plena alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

De acordo com o Ministério de Educação (2015) para o alcance desses objetivos, as Ações do Pacto compreendem um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação,

que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Essas ações são complementadas por outros três eixos de atuação: Materiais Didáticos e Pedagógicos, Avaliações e Controle Social e Mobilização.

Para a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, foram definidos conteúdos que contribuem, dentre outros, para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização; para os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças; para o planejamento e avaliação das situações didáticas; e para o conhecimento e o uso dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização.

Percebe-se que o Ministério de Educação está de acordo com autores como Libâneo (2013) que sugere que “os sistemas de ensino e as escolas precisam assegurar condições institucionais, técnicas e materiais para o desenvolvimento profissional permanente do professor”.

A formação continuada do PACTO está respaldada no Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Esse Decreto sancionado pela Presidência da República que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

A Presidência da República decreta em seu Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. (Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009).

Baseado e respaldado neste decreto o Pacto foi criado e é executado:

A execução das ações de formação continuada de professores respalda-se na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. A formação continuada como política nacional é entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola, e pautar-se no respeito e na valorização dos diferentes saberes e na experiência docente. Logo, a formação continuada se constitui no conjunto das atividades de formação desenvolvidas ao longo de toda a carreira docente, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e ao aperfeiçoamento da prática docente (BRASIL, 2015, p. 3).



Compreendendo a formação continuada como componente essencial da profissionalização docente abre-se portas para novos conhecimentos e qualidade na educação, pois são com as práticas desses profissionais e o assessoramento dos mesmos que a qualidade do ensino tende a melhorar.

Fundamentada nessas teorias a pesquisa segue com as metodologias para um levantamento e estudo de caso, em que a próxima seção abordará.

### 3 METODOLOGIA ADOTADA NESTE ESTUDO

A realização do trabalho proposto tem uma abordagem qualitativa com o emprego da técnica de Estudo de Caso e usaram-se procedimentos de coleta de dados como a: observação, aplicação de entrevistas e a análise de documentos. Lakatos (2007) explica que a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento entre tantas coisas.

A metodologia qualitativa se identifica com o Estudo de Caso. Lakatos (2007) conta que vem de uma tradição de sociólogos e se caracteriza por dar especial atenção à questões que podem ser conhecidas por meio de casos. Ainda destaca que o Estudo de Caso foi criado por La Play, que o empregou ao estudar famílias operárias na Europa.

O presente trabalho é fruto de um estudo de caso. Que segundo Lüdke e André (1986) é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das classes de alfabetização (CA) ou o do ensino noturno.

O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. É isso que a pesquisa tem como objetivo trazer algo claro a respeito do assessoramento pedagógico oferecido aos professores de 1º ao 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental pela SEMEPP, coletando dados, interpretando e elaborando relatórios dos dados coletados.

Para Lüdke e André (1986), o estudo de caso destaca características fundamentais que são apresentadas a seguir:

Os estudos de caso visam à descoberta. 2. Os estudos de caso enfatizam a interpretação em contexto. 3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. 4 – Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação. 5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. 6. Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. 7. Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

Nesta perspectiva, estas características se preocupam com os fatos, buscando uma compreensão da realidade atual e do dado momento pesquisado. Ou seja, descrevem detalhadamente os indivíduos ou grupos em sua própria terminologia

(MARCONI e LAKATOS, 2007). Porém, o estudo de caso como diz Gil (2007, p.138) “não é adequado, por exemplo, para promover a descrição precisa das características de uma população ou para mensurar o nível de correlação entre variáveis, e menos ainda para verificar hipóteses causais”.

Sua utilização maior é em estudos exploratórios e descritivos, mas também pode ser importante para fornecer respostas relativas a causas de determinados fenômenos (GIL, 2007, p.138).

Para Triviños apud Lakatos (2007, p.274), o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”.

A pesquisa no primeiro momento buscou construir a fundamentação teórica, resgatando a história da educação, da pedagogia e do pedagogo e sua formação profissional em um segundo momento o percurso metodológico que é abordado nesta seção.

No terceiro momento, fez-se o levantamento de dados utilizando-se da observação sobre o trabalho dos técnicos que compõe o setor pedagógico da Secretaria de Educação Municipal de Ponta Porã para compreender a assessoria pedagógica prestada aos professores de 1º ao 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no qual o pesquisador fez a observação não participante, presenciando os fatos, mas não participou. Posteriormente houve a análise documental do Decreto nº 6.317, de outubro de 2013. O Decreto nº 6.317 de outubro de 2013 aprova o Regimento Interno e dispõe sobre a Estrutura e Serviços da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Ponta Porã, do Estado do Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso XXXVIII, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Nº 93 de 31 de janeiro de 2013, “Decreta: Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 93 de 31 de janeiro de 2013” (DIÁRIO OFICIAL, ed.1867 de 22 de outubro de 2013). Foram observadas em seguida as ferramentas utilizadas pelos assessores pedagógicos da Secretária.

Foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados que conforme Oliveira (2008) é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante.

O questionário foi elaborado com perguntas fechadas, com cinco perguntas dissertativas, e aplicadas aos professores do 1º ao 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal que receberam assessoramento pedagógico

da SEME, cinco perguntas destinadas as técnicas pedagógicas juntamente com a coordenadora da gerência pedagógica e seis perguntas para a Secretária de Educação, no total foram entrevistados trinta professores da rede municipal de educação, três técnicas de assessoria pedagógica, a coordenadora da gerência pedagógica e a Secretária de Educação. Nos quais, todos foram entrevistados durante o encontro de formação que estariam recebendo no mês de outubro do ano de 2015.

Os questionários referentes aos professores foram voltados para a formação que estavam recebendo da SEMEPP com intuito de obter informações sobre a satisfação da assessoria que vem recebendo. As perguntas voltadas para as técnicas e a coordenadora da gerência pedagógica têm relação ao atendimento e assessoramento que tem prestado aos professores e se tem o Feedback dos professores, ou seja, qual o retorno dos professores à essa assessoria. Para a Secretária de Educação o questionário foi claro e direto tendo como objetivo principal de compreender quais os principais objetivos e metas dessa gestão para o atendimento aos professores do ensino fundamental I e se na sua visão como gestora o trabalho desenvolvido pelo setor pedagógico da SEMEPP aos professores do ensino fundamental I atende às necessidades desses professores.

## **4ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES**

Esta Seção tem o objetivo de discutir como é realizado o assessoramento pedagógico prestado aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Inicialmente, trata-se sobre a organização e gestão da Secretaria Municipal de Educação “locus” da pesquisa, explicando a sua estruturação a partir dos princípios legais obedecendo a um ordenamento normativo na composição de um sistema. O item abaixo traz o conceito de sistema e os seus efeitos na ordenação da SEME.

### **4.1 O que é Sistema?**

Um sistema segundo Libâneo (2012) supõe um conjunto de elementos ou partes relacionadas e coordenadas entre si, constituindo um todo. Sabe-se que um mesmo sistema articula-se entre si e ao mesmo tempo com outros sistemas, setores ou campos sociais.

A Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã, criou o seu Sistema Municipal de Educação com o objetivo de promover a articulação dos órgãos educacionais do município, obedecendo aos princípios constitucionais. Segundo Colombo (2004) “Sistema” é definido como um conjunto de partes integrantes, interdependentes e interativas que formam um todo unitário com objetivo próprio e específico. Tem seu produto final e busca constantemente a adequação de seus processos por meio de ações de melhorias.

Colombo (2004) ressalta ainda que todo “Sistema” tem seus elementos componentes como os objetivos que se pretendem alcançar, as entradas que são os métodos para o processo com concordâncias aos objetivos, o processo que vem a ser uma ordenação específica de atividades de trabalho no tempo e no espaço com começo e fim, as saídas que correspondem aos resultados, as mediações e monitoramentos que são utilizadas para controlar a coerência das saídas com os objetivos e as ações de melhoria que são as atividades recorrentes para alcançar e atender os objetivos estabelecidos.

Dependendo, o sistema pode influenciar ou ser influenciado pelo ambiente (conjunto de fatores). Entende-se então que o sistema é um conjunto de elementos interconectado, de modo a formar um todo organizado, tendo suas partes interligadas.

Nas instituições de ensino ouve-se falar muito sobre Sistema de Gestão da Qualidade que segundo Colombo (2004) “um Sistema de Gestão de Qualidade é um conjunto de atividades coordenadas, usadas para dirigir e controlar uma organização com base nas políticas e diretrizes estabelecidas para alcançar os objetivos determinados no planejamento estratégico”.

A implantação de um Sistema de Gestão de Qualidade deve ser uma decisão estratégica que implica na melhoria da Educação, a implantação de um sistema de qualidade na Educação é um tema em constante atualização, pois por ser um processo à longo prazo, tem-se que o processo educacional tende a abarcar os mais variados setores da sociedade, uma vez que a educação deve ser estendida a todos sem discriminação. Isso parte do Sistema de Organização e Gestão. Sendo assim, entende-se que a forma de organização do sistema municipal de ensino pode refletir na qualidade das práticas educativas dos professores e alunos.

Para melhor elucidar o problema deste estudo que tem como pergunta norteadora verificar em que medida a assessoria pedagógica prestada aos professores tem melhorado suas práticas educativas, o próximo item mostra a organização dos setores que compõe a SEME.

#### 4.2 Organização da Equipe Administrativa e Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação

Os dados para descrever a organização administrativa e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã (SEMEPP) foram coletados por meio de observação e entrevista com os técnicos pedagógicos que compõe a equipe da Secretaria.

Verificou-se com a pesquisa que a SEMEPP tem por finalidade formular a política educacional do Município, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9394/96, definindo metas governamentais, elaborando os programas, os projetos e as atividades educacionais, exercendo sua administração por intermédio das unidades orgânicas e dos mecanismos integrantes de sua estrutura devendo assegurar educação de qualidade para o exercício da cidadania às crianças, jovens e adultos da rede Municipal.

A Secretaria Municipal de Educação esta dividida em Gerências. Para alguns teóricos a gerencia e a gestão tem o mesmo significado. Para Ferreira (2010) Gestão

refere-se ao ato ou efeito de gerir; gerência. Pode-se dizer também que gestão significa gerenciamento, administração, onde existe uma instituição, uma empresa, uma entidade social de pessoas, a ser gerida ou administrada. Já para Libâneo:

A gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para garantir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnicos-administrativos. Há várias concepções e modalidades de gestão: centralizada, colegiada, participativa, cogestão (LIBÂNEO, 2012 p. 438).

A gestão, se entendida como processo político administrativo contextualizado, nos coloca diante do desafio de compreender tal processo na área educacional a partir dos conceitos de sistemas e gestão escolar. Podemos ver a escola como uma organização na medida em que ela se constitui como unidade social “de agrupamentos humanos intencionalmente construídos ou reconstruídos” (CHIAVENATO in LIBÂNEO, 2013 p.87).

A Gerência Pedagógica da SEME é composta com dez (10) técnicos, um coordenador e um gerente, onde todos têm a função de acompanhar e dar assistência a todas as escolas da rede municipal.

Cada técnico é responsável por uma área de conhecimento, a técnica de Matemática é responsável pela área da Matemática, formação para atuar nos Laboratórios/ Letramento de Matemática e por todas as formações, cursos, Provas do Governo Federal que dizem respeito à área acima citada, também é orientadora do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A técnica de Educação Física é responsável pelos profissionais de educação física, programa mais educação e tudo que se refere à área de Educação Física. A técnica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é responsável pelo Programa Brasil Alfabetizado (P.B.A.).

A técnica de Língua Portuguesa responsável pela Língua Estrangeira Moderna Espanhola, Laboratório de Língua Portuguesa/Letramento, Literatura e Produção Textual e orientadora do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). As técnicas de Ciências, de Arte e da Educação Infantil também são orientadoras do PNAIC. A técnica de História e Geografia, também responsável por toda questão Indígena, técnicas da Educação Especial, onde assessoram pais, alunos e professores dos alunos com deficiência e todos os cuidadores responsáveis por esses alunos nas instituições de ensino.

A gerência pedagógica conta também com uma coordenadora responsável pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), onde organiza e cadastram todos os professores do município do 1º ao 3º ano do ensino fundamental para participarem das formações oferecidas pelo governo federal, através das técnicas orientadoras acima citadas e para gerenciar toda a equipe, a gerente pedagógica tem como função: formular e executar a política educacional do Município em conformidade com a LDBN, 9394/96 e com as Diretrizes e metas governamentais, elaborando os planos, programas, projetos e as atividades educacionais do Município; participar na elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico das escolas da rede escolar pública; coordenar, eventual, das reuniões pedagógicas nas unidades escolares com a comunidade escolar e pais; apoiar e participar nas atividades de articulação escola comunidade; elaborar e coordenar estudos atualizados sobre a legislação educacional vigente, participar do processo de avaliação das unidades escolares, incluindo qualquer outra atividade relacionada direta ou indiretamente a parte pedagógica da educação. De acordo com os dados coletados essas são as áreas de atuação dos técnicos e as funções do gerente pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã.

O trabalho pedagógico com os professores da rede municipal de ensino compete à gerente pedagógica e aos técnicos, que tem como responsabilidade a realização de formação continuada e assessoramento sistemático sobre as questões voltadas ao ensino aprendizagem durante todo o ano letivo.

O trabalho de orientação educacional é organizado pela gerente pedagógica e distribuído aos técnicos para operacionalização de acordo com os projetos e formações realizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEPP) e também os oferecidos pelo Governo Federal.

A formação continuada é oferecida e organizada pelos técnicos responsáveis por cada área. A SEMEPP no momento, conta com formação para os professores do 1º ao 9º ano, nos Laboratórios de Letramento/ Matemática, Laboratório de Língua Portuguesa/Letramento, Literatura e Produção Textual, para os professores do 5º ano, onde são preparados para trabalharem com questões para a Prova Brasil. Formação continuada também para os profissionais da Educação Infantil, Educação Física, Arte, História, Geografia e também aos profissionais que atendem os alunos com necessidades educacionais especiais e cursos para todos os professores da EJA e do Programa Brasil Alfabetizado. É previsto também a formação continuada oferecida pelo



governo federal, por meio do PNAIC, sendo repassado pelas técnicas da Secretaria Municipal de Educação.

#### 4.3 Assessoria Pedagógica aos Professores do 1º Ao 3º ano dos Anos iniciais – *Lócus* da Pesquisa - estudo de caso

Conforme já citado neste estudo, o *lócus* da pesquisa é a SEMEPP e segundo informações coletadas no Regimento Interno, assim descreve o artigo 2º Decreto 6.317/2013 sobre as finalidades:

À Secretaria Municipal de Educação tem por finalidade: I - formular a política educacional do Município, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; II – definir metas governamentais, elaborando os programas, os projetos e as atividades educacionais; III- exercer sua administração por intermédio das unidades orgânicas e dos mecanismos integrantes de sua estrutura; IV – assegurar educação de qualidade para o exercício da cidadania às crianças, jovens e adultos da rede Municipal (BRASIL, 2013, s.p.).

Sobre a estrutura organizacional da SEME, assim reza no artigo 4º sobre a sua estrutura organizacional: “I - administração superior: a) secretário municipal. II – assessoramento: a) chefe de gabinete. III – direção e execução: a) gerência administrativa; b) gerência financeira; c) gerência pedagógica; d) gerência de inspeção escolar; e) gerência de unidades escolares”. ( BRASIL, 2013, s.p.).

O foco da pesquisa é a gerência pedagógica da SEMEPP. Em relação às competências do Gerente o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, na SEÇÃO III, assim expressa:

Art.10. Ao Gerente Pedagógico compete: I – Formular e executar a política educacional do Município, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com as diretrizes e metas governamentais, elaborando os planos, programas, projetos e as atividades educacionais do Município; II - participação na elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico das escolas da rede escolar pública; III- coordenação, eventual, das reuniões pedagógicas nas unidades escolares com a comunidade escolar e pais; IV- apoio e participação nas atividades de articulação escola comunidade; V- elaboração e coordenação de estudos atualizados sobre a legislação educacional vigente; VI - participação nas atividades cívicas e de cunho pedagógico promovidas pela Secretaria de Educação e unidades escolares da Rede Municipal; VII - organização e arquivamento da documentação referente às suas atividades; VIII - planejamento, implementação e participação no programa de formação continuada para profissionais da educação; IX - divulgação de informações de interesse das unidades escolares (BRASIL, 2013, s.p.).

O regimento ainda traz no Art. 23 sobre as competências dos Chefes dos Setores:

Compete aos Chefes dos Setores: V - Ensino Fundamental: a - assessorar os profissionais da Rede Municipal de Ensino de modo a concretizar as diretrizes do Plano de Governo e os princípios do Plano Municipal de Educação; b - planejar, sistematizar e organizar as ações da assessoria pedagógica; c - realizar visitas às escolas para observar a realidade, identificando necessidades, com o propósito de auxiliar na reflexão, qualificação e implementação da prática pedagógica; d - auxiliar na elaboração, implementação e avaliação de projetos e propostas diferenciadas, atendendo as necessidades e a proposta pedagógica da escola, vinculando-a ao Plano Municipal de Educação; e - organizar, selecionar e elaborar material teórico para assessorar as escolas; f - conferir os registros pedagógicos das escolas do meio rural e/ou multisseriadas no final do ano letivo (específico dos Anos Iniciais); g - conferir os registros pedagógicos das escolas do meio rural no final do ano letivo; h - recebimento e conferência das planilhas de horas-extras; i - gerenciamento das substituições; j - acompanhar os trabalhos desenvolvidos com os alunos com maiores dificuldades; k - efetuar acompanhamento específico semanal com as coordenadoras pedagógicas; l - organizar e efetuar as reuniões pedagógicas com professoras e/ou coordenadoras; m - analisar os projetos dos momentos de integração entregues no início do ano letivo; n - organização do Quadro de Pessoal por Escola juntamente com a coordenação administrativa; o - participar da entrega do calendário junto ao Setor de Legislação; p - submeter à consideração do superior hierárquico os assuntos que excedam à sua competência (BRASIL, 2013,s.p.).

Com base na análise do Regimento Interno e nas observações realizadas durante a pesquisa, formulou-se os questionários que foram aplicados à trinta (30) professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. O critério foi a divisão em três grupos de dez (10) de cada ano. Dessa forma coletaram-se as informações necessárias para a elucidação do problema da pesquisa. Observa-se que no primeiro momento tiveram receio de participar da entrevista, mas depois com o devido cuidado do entrevistador, aceitaram responder ao solicitado, mencionando sempre a realidade educacional vivenciada por eles. Foram elaboradas cinco perguntas de múltipla escolha, todas focadas no assessoramento pedagógico que vem sendo ofertado pela SEMEPP. Vale lembrar que todos os professores entrevistados possuem formação em pedagogia e estavam na reunião de formação continuada que é o PACTO da Alfabetização na Idade Certa, momento em que foi aplicada a entrevista.

Sendo assim, a pesquisa é um levantamento de dados que segundo SELTZ in Gil (2008, p.41):

[...] pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Na maioria dos casos,

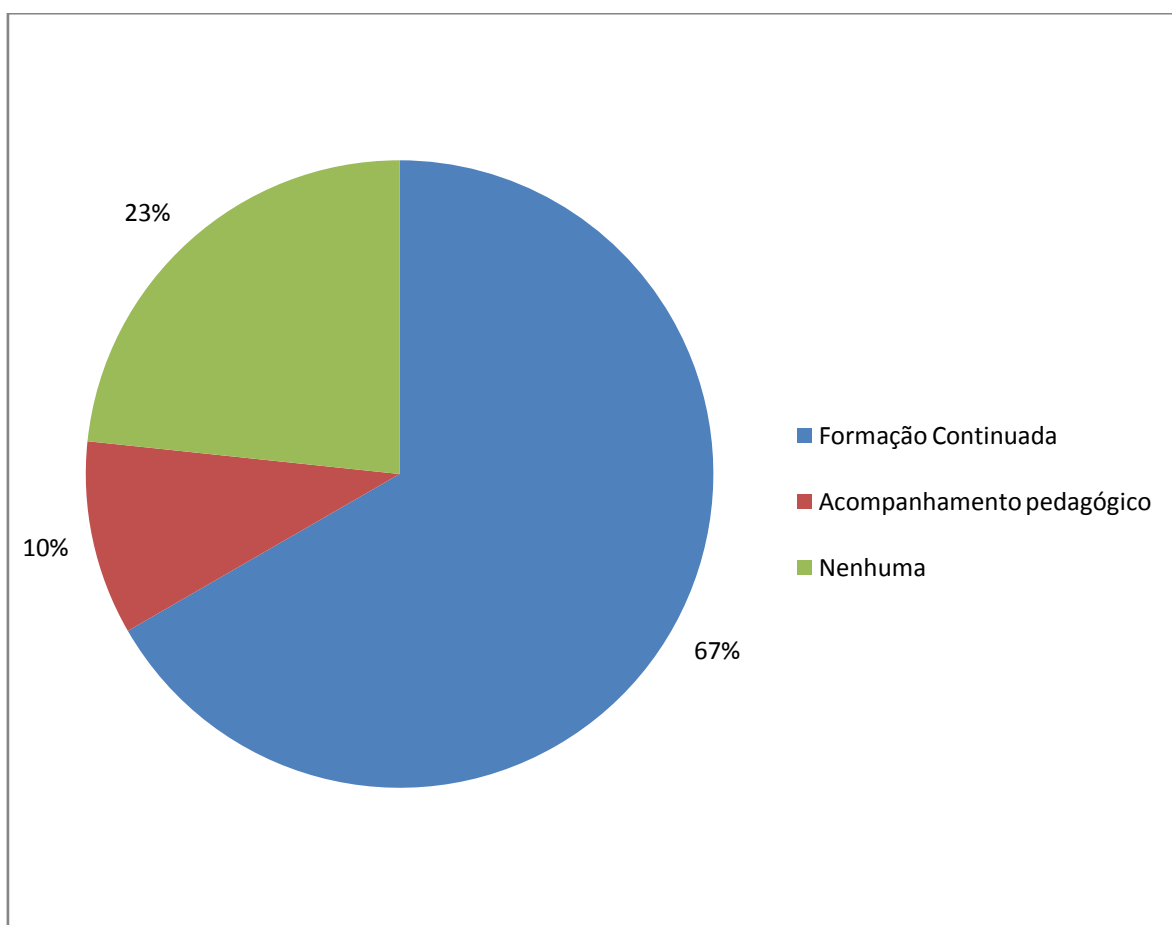
essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

A entrevista foi um componente imprescindível para o esclarecimento da pergunta condutora da pesquisa, a pesquisa abriu um leque de informações baseadas na realidade vivencial de cada entrevistado, colaborando para chegar a uma conclusão.

#### 4.4 Entrevistas aplicadas aos professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental

Para melhor compreensão do resultado e verificar o nível de satisfação referente ao assessoramento recebido da SEMEPP, utilizou-se para elucidação das respostas os gráficos que são discriminados abaixo mostrando as respostas obtidas pelos trinta (30) professores que foram entrevistados. Considerando-se a quantidade de entrevistados as respostas serão traduzidas em números absolutos.

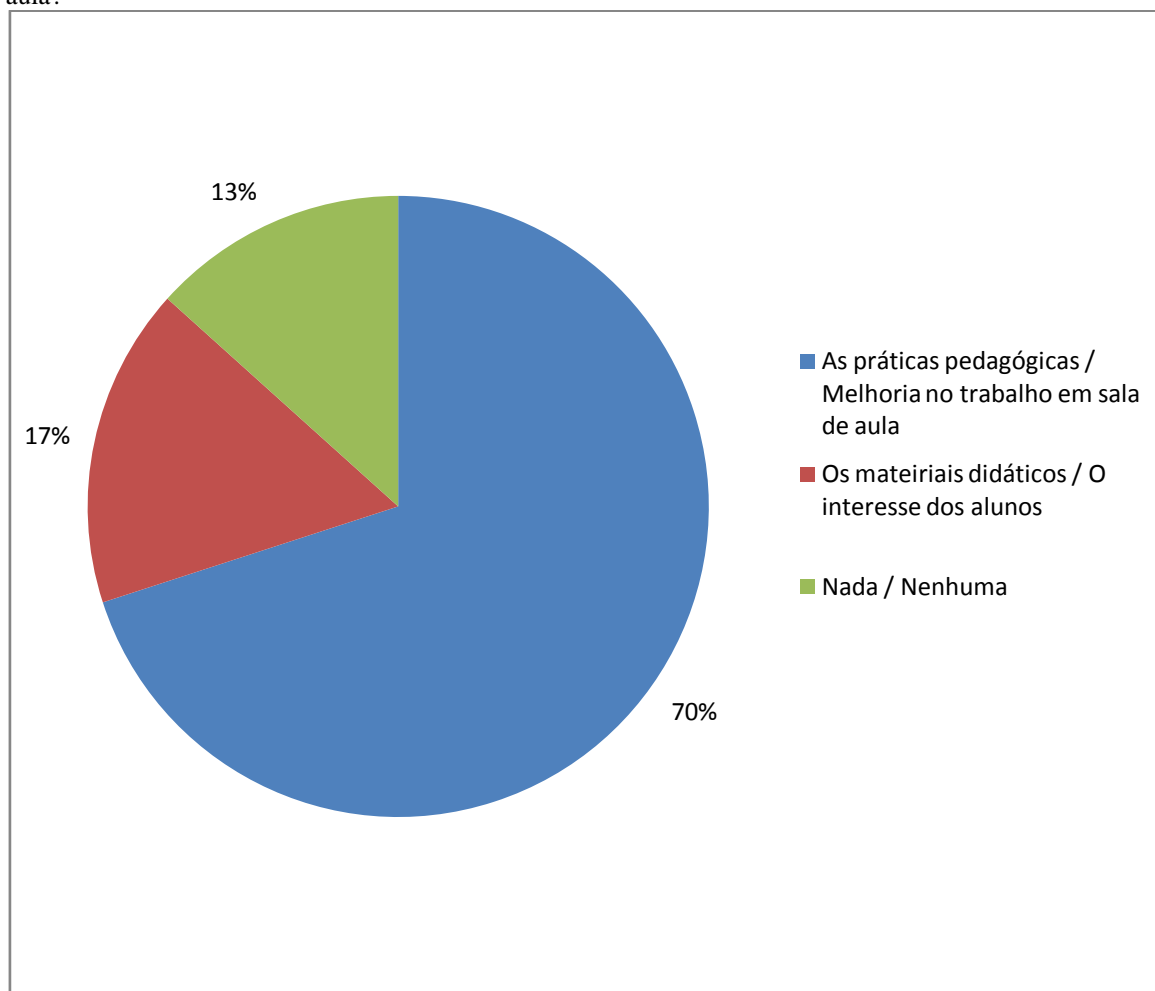
**Gráfico 1** -Qual o tipo de assessoria você como professor (a) vem recebendo da SEME?



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Os dados do gráfico 01 mostram que os professores dos 1º ao 3º anos estão recebendo como assessoria pedagógica a formação continuada. As respostas das entrevistas apresentam segurança, mas também expressam o reconhecimento da necessidade de um acompanhamento pedagógico especializado, de uma assessoria voltada para as condições de sala de aula e das necessidades dos professores.

**Gráfico 2** -O que você aproveita dessa assessoria? Que avanços você notou em seu trabalho em sala de aula?

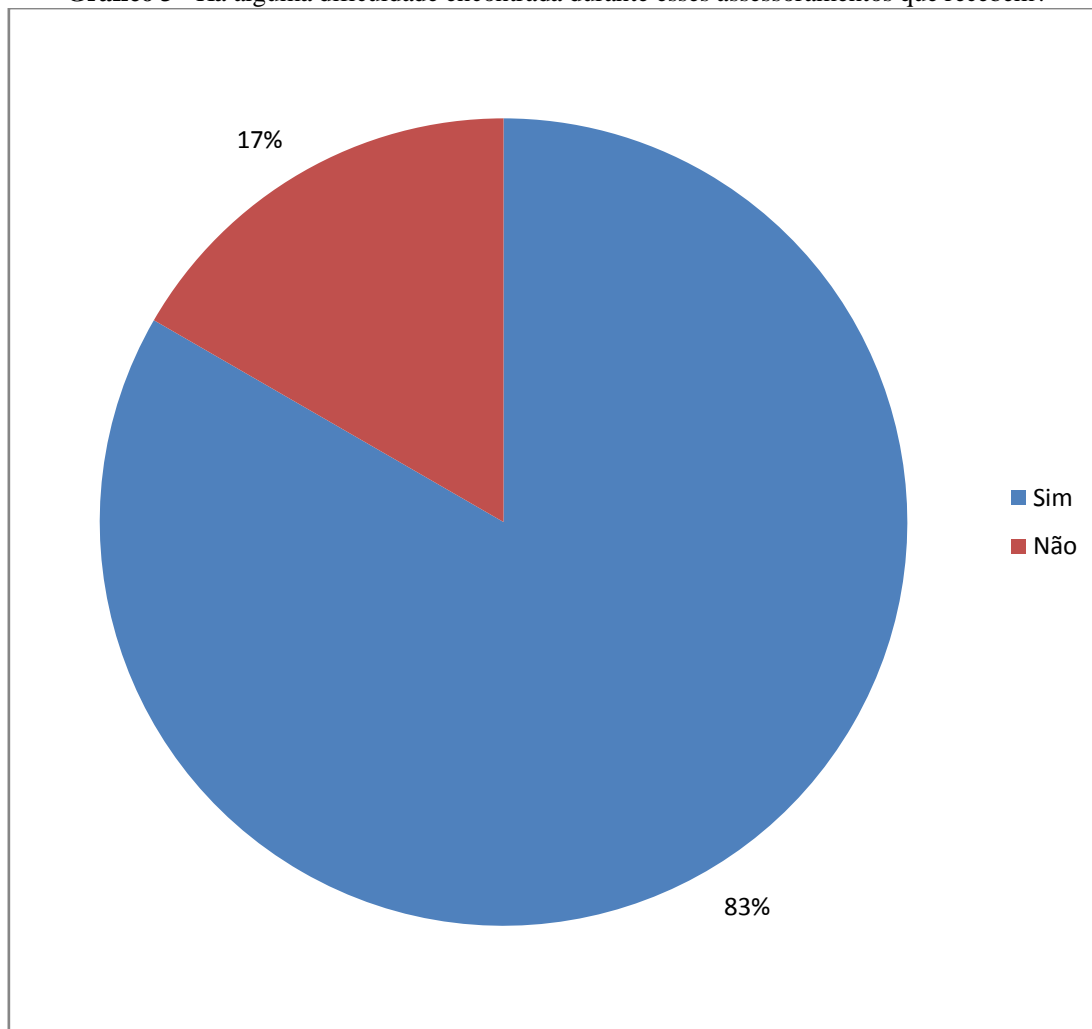


Fonte: Elaborado pela autora (2015)

O gráfico a cima mostra que os professores aproveitam as práticas pedagógicas que recebem durante a formação continuada oferecida pela assessoria pedagógica da SEMEPP e que essas práticas tem melhorado o trabalho em sala de aula, cincoprofessoresresponderam que aproveitam os materiais didáticos e que isso melhora no interesse dos alunos. Já uma minoria mostrou-se insatisfeita com a assessoria que vem recebendo e que não aproveitam nada e que não houve nenhuma melhoria em seu

trabalho em sala de aula. Mencionaram na entrevista que buscam melhoria por seus próprios méritos e por irem em busca de novos conhecimentos.

**Gráfico 3** - Há alguma dificuldade encontrada durante esses assessoramentos que recebem?

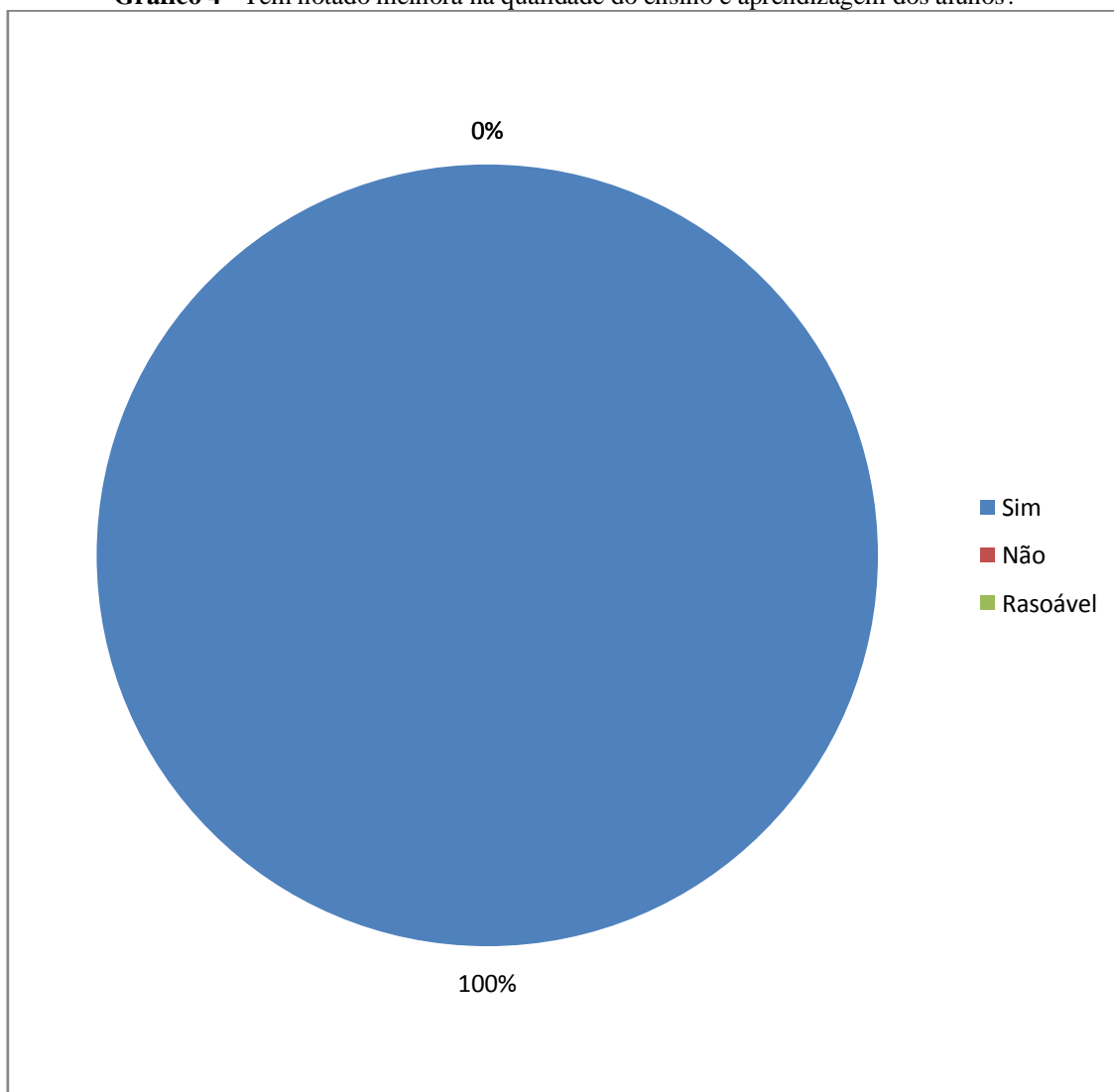


Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Os professores relataram na entrevista que em sua maioria alegaram ter sim dificuldades durante os assessoramentos por vários motivos, entre eles a falta de tempo, pois durante as horas atividades disponíveis para planejar suas aulas, a maior parte delas estão na formação continuada do PACTO, assim, não sobra tempo para planejar especificamente as aulas, outros responderam que não dispõem de profissionais especializados para os atendimentos com alunos que apresentam problemas mais específicos, seja de conduta ou de saúde, tais como: psicólogos, fonoaudiólogos e outros

que possam estar auxiliando no ensino-aprendizagem. Os professores que responderam que não tem nenhuma dificuldade não fizeram nenhum comentário.

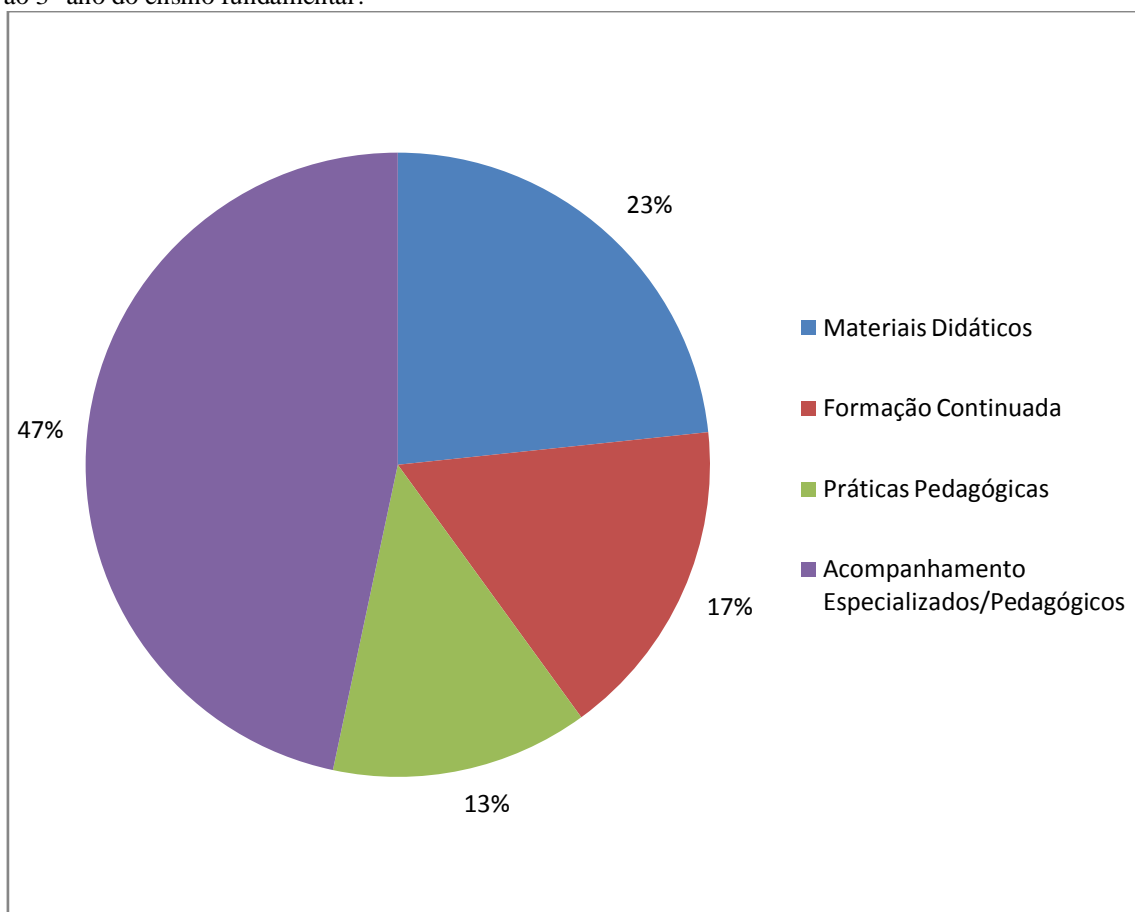
**Gráfico 4** - Tem notado melhora na qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos?



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Todos os professores concordaram e tem notado que sim, houve melhora na qualidade do ensino e aprendizagem e ressaltaram que essa melhora vem acontecendo pelas formações que recebem da SEMEPP, da coordenadora das escolas, no qual fazem parte e por méritos seus, pois se esforçam, se dedicam e se preocupam com a educação e aprendizagem dos alunos. Porém ainda esperam por mais qualidade no atendimento que estão recebendo como assessoria pedagógica das técnicas da SEMEPP. Enfatizam com exatidão que acreditam que as necessidades dos professores e alunos a respeito de um atendimento especializado como psicólogos, fonoaudiólogos, dentistas entre outros serão atendidos em breve.

**Gráfico 5** - Em sua opinião o que pode ser melhorado no assessoramento da SEME aos professores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental?



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Todos os professores ao responderem essa pergunta foram claros e objetivos, expuseram suas opiniões e sugestões para a melhoria do assessoramento da SEMEPP aos professores. Como o gráfico acima indica, os professores sentem falta de um acompanhamento especializado para atenderem suas necessidades pedagógicas, querem receber materiais didáticos para aperfeiçoar suas metodologias em sala de aula, buscam uma formação continuada voltada para confecção de materiais pedagógicos que possam auxiliá-los com crianças especiais. Alguns professores esperam práticas pedagógicas mais inovadoras que os ajude a motivar e incentivar os alunos.

Nas questões respondidas notou-se o nível de satisfação dos professores pelo assessoramento pedagógico que vem recebendo da SEMEPP, com isso é importante citar que:

[...] uma finalidade institucional situa o trabalho assessor no vértice dos processos de inovação e mudança escolar, tanto do ponto de vista micro como macro, ou seja, tanto nas intervenções para responder às necessidades educacionais de um aluno concreto, como no desenho do plano tutorial ou

nos processos de avaliação de escola. Será necessário então refletir sobre os fatores organizacionais e de contexto que favorecerão o desenvolvimento de inovações na escola (MOLLÀN *in* MONEREO, 2007, p.161).

Nesta percepção, leva-se em consideração a reflexão sobre o tipo de intervenção pedagógica que deve ser prevista na assessoria aos professores para que os mesmos possa atuar como facilitador do processo educacional. Acredita-se que a assessoria face a face com os professores, seja no desenvolvimento de um projeto ou de ensino-aprendizagem, tem efeito positivo nos processos de formação e desenvolvimento profissional dos professores.

#### 4.5 Entrevistas Aplicadas aos Técnicos Pedagógicos

Foi realizada entrevista com os técnicos de assessoramento da gerência pedagógica, responsáveis por assessorar aos professores de 1º ao 3º anos do Ensino Fundamental. As perguntas foram dispostas aqui de acordo com o questionário entregue aos técnicos, visando esclarecer como é realizada a assessoria pedagógica aos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental.

A primeira pergunta buscou entender como a equipe pedagógica da SEME se organiza para realizar o atendimento aos professores do 1º ao 3º ano? Segundo as técnicas da gerência pedagógica, a equipe é dividida por áreas e todas as áreas fazem o atendimento com formações específicas. Para o 1º ao 3º ano trabalham com a formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, sendo assim, não há tempo para outro tipo de formação, uma vez que essa formação é feita toda semana na hora atividade dos professores.

A segunda pergunta questionou: Como é realizado o atendimento pedagógico aos professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I e se na percepção dos técnicos tem atendido as necessidades do professor? As técnicas afirmaram que os professores estão passando pela formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), onde estimam que já houve mudanças em suas práticas pedagógicas também concordam que os professores precisam de um atendimento mais individualizado para ajudar em suas práticas, mas ressaltam que devido a falta de tempo dos mesmos dificulta o trabalho, porém, ressaltaram que esse atendimento é transmitido à coordenação e direção das escolas nos quais esses professores atuam.



A terceira questão foi se existe dificuldade para realizar esses atendimentos. Os técnicos responderam que sim e que a dificuldade maior é justamente o tempo para sentar com os professores fora da formação, uma vez que são realizadas as visitas técnicas nas escolas, mas nunca tirando eles de sala de aula e sim conversando com a coordenação.

A quarta questão indagou sobre os conteúdos, conhecimentos que são feitos nesse atendimento e/ou assessoria, na formação continuada desses professores e o que é utilizado pela equipe pedagógica nessas formações? Conforme as técnicas pedagógicas, para os também é oferecido aos professores a formação de laboratório em língua portuguesa e matemática, e nessas ocasiões é trabalhado com eles a metodologia, a avaliação, a conduta e as oficinas em relação à essas disciplinas. São utilizadas apostilas com sugestões de aulas direcionadas ao bimestre, materiais para confecções de jogos, atividades lúdicas e relato de experiências que ajudam e auxiliam muito os professores novos.

A quinta e última pergunta questiona sobre qual o feedback dos professores, ou seja, qual o retorno dos professores à essa assessoria? Em relação à isso, elas tem uma visão positiva, pois as avaliações entregue por eles dizem que gostam muito, que é uma grande ajuda, porém, pedem mais tempo para oficinas, confecções de materiais, isso nas avaliações dos professores que aceitam sugestões e gostam dos trabalhos realizados pela SEME.

As respostas das técnicas entraram em consonância com as respostas dos professores, ambos têm as mesmas expectativas um com o outro.

O questionário entregue para a coordenadora da Gerência Pedagógica é o mesmo que as técnicas responderam. A coordenadora somente reforçou o que as técnicas haviam dito e citou que as mesmas recebem formação continuada bimestralmente junto aos formadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e que se organizam semanalmente para estudos e planejamento do PACTO. O atendimento pedagógico, como avaliação e planejamentos dos professores segundo a entrevistada é de responsabilidade dos coordenadores de cada escola, que também recebem um assessoramento, como a formação bimestralmente. Menciona a coordenadora que não há dificuldade, os professores participam ativamente, tendo local específico. Conclui a coordenadora que o retorno que recebem vem na avaliação que é constante feita pelos próprios formadores e professores e no desempenho dos alunos realizados bimestralmente.

Essa prática de assessoramento que a SEMEPP vem prestando, dá ênfase ao que o autor GinéinMonereo (2007, p. 78) diz, que: “o objetivo do assessoramento, no campo que se está tratando, não é outro senão ajudar as escolas e os profissionais a gerir a diversidade presente nos alunos e a liderar os processos de mudança orientados a tal fim”.

Essa linha de pesquisa, sem dúvida, pode oferecer contribuições relevantes à teoria da mudança, no qual essas inquietações e propósitos favoreçam na melhoria da qualidade da educação. Segundo SegoviainMonereo (2007, p. 211):

O assessor deve ter entre suas competências profissionais a capacidade de afastar o olhar se sua ação profissional para encontrar – a partir dessa reflexão profissional as luzes e as sombras de suas ações [...] o assessoramento é uma prática controvertida, complexa e dinâmica, na qual nem tudo está tão amarrado.

No entanto essa assessoria que a gerencia pedagógica através de suas técnicas vem prestando aos professores refletem nas ações dos mesmos, no qual refletirá igualmente em sala de aula e nas atitudes dos educandos. As assessoras vem prestando atendimento aos professores conforme a demanda da gestão que fazem parte.

#### 4.6 Entrevista com a Gestora da Secretaria Municipal de Educação

Refletindo sobre a atuação da equipe de assessoramento da SEMEPP aos professores, buscou-se fomentar os resultados incluindo a concepção de educação da SEMEPP para a realização do atendimento pedagógico aos professores, na visão geral de um (a) gestor (a) atuante. Pensando nisso, foi feito um questionário com seis perguntas para ser realizado com a gestora da SEMEPP, ou seja, buscou-se questionar a Secretária Municipal de Educação sobre o trabalho da equipe de assessoria pedagógica da SEMEPP.

Indagada sobre a concepção de educação adotada pela SEMEPP, a Secretária Municipal de Educação respondeu que todos os profissionais do magistério devem estudar sempre e preparar sua atuação considerando que o conhecimento deva ser significativo e contextualizado.

Quando questionada se os técnicos da SEMEPP recebem alguma formação e/ou assessoria para realizar o trabalho de atendimento pedagógico aos professores do Ensino Fundamental I. A resposta foi que sim, sistematicamente. Os técnicos participam de

todas as formações propostas pelo MEC e as instituições de ensino superior de nossa cidade. Outra questão foi sobre qual a visão dessa atual gestão em relação à política municipal de educação? Foi relatado pela gestora que a política municipal de educação tem um papel fundamental para o andamento da educação, no qual considera que devem oferecer educação com qualidade social, buscam ampliar o atendimento através da ampliação de carga horária bem como a diversificação das atividades oferecidas aos educandos.

A próxima vertente questionou sobre quais os principais objetivos e metas dessa gestão para o atendimento aos professores do ensino fundamental I? A resposta foi sucinta ao se referir que com um terço de carga horária para estudo e planejamento os profissionais podem trabalhar com a equipe pedagógica da unidade escolar e também participar dos encontros de estudos propostos pela equipe pedagógica da Secretária de Educação. Um dos fatores importantes dessa entrevista

Questionada se na sua visão o trabalho desenvolvido pelo setor pedagógico da SEMEPP aos professores do Ensino Fundamental I atende às necessidades desses professores? Por quê? Afirmou que sim, atende, pois a partir da ampliação do horário para planejar e estudar, a secretária ressalta que com certeza, dessa forma estão formando hábitos de planejamento e estudo compartilhado.

Para concluir as questões, perguntou-se quais as dificuldades encontradas para implementar uma política educacional municipal que atenda as reais necessidades da educação das crianças e jovens na etapa do ensino fundamental I? A gestora respondeu que as dificuldades são orçamentárias, pois estruturas físicas existentes limitam possibilidades de novos atendimentos e ampliação de carga horária para os alunos. Embora os investimentos por transparência voluntária de recursos tenham aumentado significativamente na última década ainda temos limites importantes de espaço físico para acolher e desenvolver novos projetos educativos, concluiu a Secretária. Avalia-se que as respostas foram dadas com solidez e firmeza e que os desafios para as políticas educacionais em curso realmente esbarram na questão dos recursos que acabam limitando e impedindo os avanços necessários para o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade.

Corroboram com essa situação a realidade das escolas brasileiras que não se diferenciam quanto às necessidades, pois, a ampliação do acesso, permanência e qualidade dos estudantes na escola pública, previstos como um direito constitucional requerem políticas de financiamento que sustentem essas demandas.

Por outro lado, outras questões permeiam o meio educativo para se atingir os avanços que se quer na educação e, assim como Mollà *in* Monereo (2007, p. 162) é de suma importância levantar que:

Assim, um processo de assessoria, para ser indutor de uma mudança significativa na escola, deverá responder de maneira positiva às seguintes questões: a prática que se está realizando é coerente com as demandas que emergem no ambiente externo ou contexto social da escola? Está sendo feito um uso eficaz dos recursos disponíveis, como as TICs, as bibliografias, os fóruns de aprendizagem, as fontes de informação, as agendas e a distribuição dos horários, etc.?

Todas essas perguntas buscam avaliar o grau de compromisso da prática de assessoramento com a mudança e a melhoria da educação, sem prender, de modo ilusório as concepções de que se tem sobre o exercício estratégico da assessoria e a construção do significado de uma inovação educacional.

#### 4.7 Análise Geral das Entrevistas

Para compreender de que forma o assessoramento pedagógico da SEMEPP vem trabalhando com os professores dos 1º ao 3º anos dos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais, buscou-se conhecer toda a organização da equipe pedagógica da SEMEPP e dos assessores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I, questionar aos professores e as técnicas como está sendo esse assessoramento foi primordial para o resultado dessa pesquisa.

Os professores foram sinceros ao responderem o questionário, com isso notou-se a importância e a influência da prática assessora nas práticas pedagógicas dos professores, na aprendizagem do aluno, na mudança, no ambiente escolar e que essa intervenção pode atuar como facilitadora desses processos na escola. Sem dúvida, as assessorias face a face com os professores, seja no desenvolvimento de um projeto ou de ensino e aprendizagem, seja na atenção aos alunos, têm efeito nos processos de formação e desenvolvimento profissional dos professores. Esse tipo de intervenção pode ser considerado como um processo de construção de saberes de ação (PELLENTIER *apud* MOLLÀ, 2007).

Os professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I entraram em coerência ao dizerem que estão recebendo apenas a formação continuada do Pacto como

assessoria e que anseiam por mais, esperam mais práticas pedagógicas, mais materiais didáticos e principalmente um atendimento especializado.

As técnicas pedagógicas que aplicam essa formação do Pacto e que estão responsáveis por um assessoramento a esses professores, concordaram que realmente esses profissionais da educação estão recebendo essa formação continuada que é o PACTO e por falta de tempo dos mesmos é difícil de oferecer outro tipo de assessoramento direcionado a eles, mas esse assessoramento é passado aos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas onde os professores atuam. Ressaltaram ainda que a SEMEPP oferece a todos os professores que tem disponibilidade oficinas de Língua Portuguesa e de Matemática nos laboratórios de informática.

A Secretária de Educação ao responder o questionário em relação aos professores, afirmou que os professores participam das formações oferecidas pelo MEC e outras instituições de ensino. Ressalta que só não é possível oferecer mais aos professores por falta de verbas financeiras.

Concorda-se com MolláinMonereo (2007) que “os saberes de ação, nos quais a assessoria está inserida, representam um trabalho-chave na alteração de certas práticas”. Por isso, com essa percepção, as demandas procedentes de diretores, equipes de direção, equipes de coordenação pedagógica ou outras equipes que lideram a melhoria da escola serão de vital importância na transformação organizacional da escola.

Por mais que haja uma política a seguirem e que impeçam tais ações é de suma importância refletir que:

Para esses pedagogos, que são professores e formadores de mentes humanas, imperativo se torna ter como horizonte que o seu trabalho consista, fundamentalmente, na humanização dos seres humanos, em uma sociedade tão competitiva, individualista e desumanizada como a atual (SAVIANI, 2001, p. 19).

Dos assessores espera-se em suas ações que se articulam com a prática cotidiana do docente, por meio da constituição de uma equipe interdisciplinar que busque enfrentar os problemas do ensino e da aprendizagem. Que todos possam fazer sua parte para que a educação escolar tenda a crescer e trazer resultados futuros.

A qualidade de ensino está relacionada diretamente a uma gestão de qualidade, onde há qualidade há melhoria e haverá resultado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tomou um rumo gigantesco, no qual um conjunto de teorias, metodologia e análises fundamentaram uma realidade atual na área da educação em relação ao assessoramento pedagógico e a prática docente.

Essa pesquisa, sob um estudo de caso, buscou responder a pergunta condutora “Em que medida a assessoria pedagógica prestada aos professores tem melhorado suas práticas educativas?” o problema é compreender como os professores são assessorados pedagogicamente na sua rotina de ensino na escola, para responder essa indagação levou-se em consideração ambas partes: quem recebe, quem executa e quem articula esse assessoramento.

No primeiro momento o referencial teórico auxiliou para o esclarecimento dos conceitos de Educação, Pedagogia, formação profissional e formação continuada que contribuíram significativamente para a compreensão desse mundo de assessoramento que trata a pesquisa já que é no campo educacional.

O objetivo principal foi verificar que atitude pedagógica a SEMEPP utilizou para auxiliar os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando à aprendizagem das crianças. Nota-se com os levantamentos feitos pela pesquisadora a educação se destaca pela relação entre o funcionamento dos sistemas escolares e as práticas exercidas por elas. No entanto, fica claro que a educação depende de uma política pública direcionada para a realização de atendimentos voltada diretamente para os professores, para que o efeito seja maior nos beneficiados, que são os alunos.

A pesquisa mostrou que a educação veio passando por vários processos e mudanças até os dias atuais e que as políticas exercidas sobre elas que causaram maior efeito e intervenção até os dias de hoje.

Nesta perspectiva, na área pedagógica o trabalho vem sendo desenvolvido em cima dos docentes que juntos (gestores, coordenadores e assessores) buscam diferentes olhares em igual relevância sobre: práticas pedagógicas, o ensino, a gestão escolar, a linguagem, o planejamento, expressando o engajamento e o compromisso social das escolas municipais públicas no processo de produção de novos conhecimentos. A esse movimento de coletividade de ações e atitudes de vivências e aprendizagens é que considera o assessoramento pedagógico fundamental para o andamento de uma educação e ensino de qualidade.

Diante da exposta pesquisa, é possível afirmar que o planejamento educacional e de ensino nas escolas públicas municipais da cidade de Ponta Porã sofre uma grande influência da assessoria pedagógica da Secretaria Municipal de Educação em que a classe docente rearticula suas estratégias de práticas educacionais graças a formação continuada que vem recebendo de mesma, garantindo uma melhoria em suas práticas dentro da sala de aula. Os professores são assessorados semanalmente nos cursos oferecido pelo MEC o chamado Pacto, quem articula e executa essa formação é a assessoria pedagógica da SEMEPP, que buscam nesses encontros auxiliar os professores em suas necessidades cotidianas, infelizmente essa assessoria não tem oportunidade de oferecer mais do que isso, pois os professores do 1º ao 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental não possuem tempo disponibilizado para outro tipo de assessoramento, diante disso dificulta o acesso a outros materiais e atividades educacionais, porém a SEMEPP presta assessoria aos diretores e coordenadores das escolas que esses professores atuam.

Infelizmente para o andamento da pesquisa alguns professores rejeitaram responder aos questionários, já outros ficaram inseguros, receosos e desmotivados, já os que responderam no início indicaram certa rejeição, mas com a insistência e explicação da importância dessa pesquisa feita para a melhoria dos mesmos, a entrevistadora conseguiu convencê-los a responder.

Essa pesquisa relata a importância do atendimento que a SEMEPP vem prestando aos professores, que para o meio acadêmico principalmente para os cursos de licenciatura é relevante saber como é esse procedimento, já que farão parte da educação.

Essa vertente trouxe a realidade da gestão atual da SEMEPP e como é a sua organização, mostrou à comunidade acadêmica, escolar e da própria secretaria a importância que o assessoramento tem para a educação, como uma equipe pode auxiliar a outra e como o resultado pode facilitar essa e outras gestões em relação ao atendimento pedagógico aos educadores. Justificou ainda que certas dificuldades tem haver com as políticas seguidas, que o financiamento é uma grande interferência para realizações de varias atividades e decisões a serem tomadas.

Por tanto ficou claro a intenção da pesquisadora em relação a essa pesquisa, além de relatar como acontece o assessoramento pedagógico da SEMEPP aos professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I, ressalta ainda que o trabalho apresentado revela que muitas coisas ainda precisam ser feitas, em relação a formação e assessoria dos mesmos.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Magsul. São Paulo: Brasilense, 2006.

BRASIL. Parecer/CNE nº. 115/1999. **Tratados Institutos Superiores de Educação e dos Cursos Normais Superiores**.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: Documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2015**. MEC, 2015. Disponível em: <[http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/documento\\_orientador\\_2015\\_ve\\_rsa0\\_site.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/documento_orientador_2015_ve_rsa0_site.pdf)> Acesso em: 19 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm) > Acesso em 18/11/2015

CAMBI, Franco; Lorencini, Álvaro. **História da pedagogia**. Magsul. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

COLOMBO, Sonia Simões et al.. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Magsul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **O que é pedagogia**. 4 ed. Magsul. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

FORTUNATI, José. **Gestão da educação pública: caminhos e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 26 ed. São Paulo: Loyola, 2011.



LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**.3 ed. Magsul. São Paulo: Cortez, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Mario Osório. **Pedagogia: a ciência do educador**. 3ed.Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MONEREO, Carles; POZO, Juan Ignacio [et al.] **A prática de assessoramento educacional**. Porto Alegre: Atmed, 2007.

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Portugal: Porto, 1991.

PREEDY, Margaret [et al.]. **Gestão em educação: estratégia, qualidade e recursos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

QUINTAS, José Manoel Richard. **Ponta Porã em foco**. 2. ed. Ponta Porã: Borba, 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17 ed. Magsul. Campinas: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 34 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Magsul. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional**. 4 ed. Magsul. Porto Alegre: Lamparina, 2007.

SUANNO, Marilza; RAJADELL, Núria (org.). **Didática e formação de professores: perspectivas e inovações**. Goiânia: CEPED, 2012.

**APÊNDICE**

## **APÊNDICE A- ENTREVISTA APLICADA AOS TÉCNICOS DA GERÊNCIA PEDAGÓGICA DA SEMEPP.**

### **QUESTIONÁRIO SOBRE A PESQUISA REALIZADA NA SEME.**

ESTA ENTREVISTA FAZ PARTE DE UM ESTUDO MONOGRÁFICO E PEÇO-LHE A GENTILEZA EM RESPONDER AS QUESTÕES. OBRIGADA PELA ATENÇÃO.

#### ***1º Questionário – Gerência Pedagógica***

1. Como a equipe pedagógica da SEME se organiza para realizar o atendimento aos professores do 1º ao 3º ano?
2. Como é realizado o atendimento pedagógico aos professores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental I e esse atendimento na percepção de vocês tem atendido as necessidades do professor?
3. Há dificuldades para realizar esses atendimentos? Quais?
4. O que é abordado em termos de conteúdo, conhecimentos nesse atendimento e/ou assessoria, na formação continuada desses professores? O que é utilizado pela equipe pedagógica nessas formações?
5. O Feedback dos professores, ou seja, qual o retorno dos professores à essa assessoria?

**APÊNDICE B** - Entrevista aplicada aos professores dos 1º ao 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais de Ponta Porã

### **QUESTIONÁRIO SOBRE A PESQUISA REALIZADA NA SEME.**

ESTA ENTREVISTA FAZ PARTE DE UM ESTUDO MONOGRÁFICO E PEÇO-LHE A GENTILEZA EM RESPONDER AS QUESTÕES. OBRIGADA PELA ATENÇÃO.

#### ***2ª etapa – Questionário para os professores***

1. Qual o tipo de assessoria você como professor (a) vem recebendo da SEME?
  
2. O que você aproveita dessa assessoria? Que avanços você notou em seu trabalho em sala de aula?
  
3. Há alguma dificuldade encontrada durante esses assessoramentos que recebe?
  
4. Tem notado melhora na qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos?
  
5. Na sua opinião, o que pode ser melhorado no assessoramento da SEME aos professores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental?

## **APÊNDICE C - Entrevista aplicada a Secretaria de Educação da SEMEPP.**

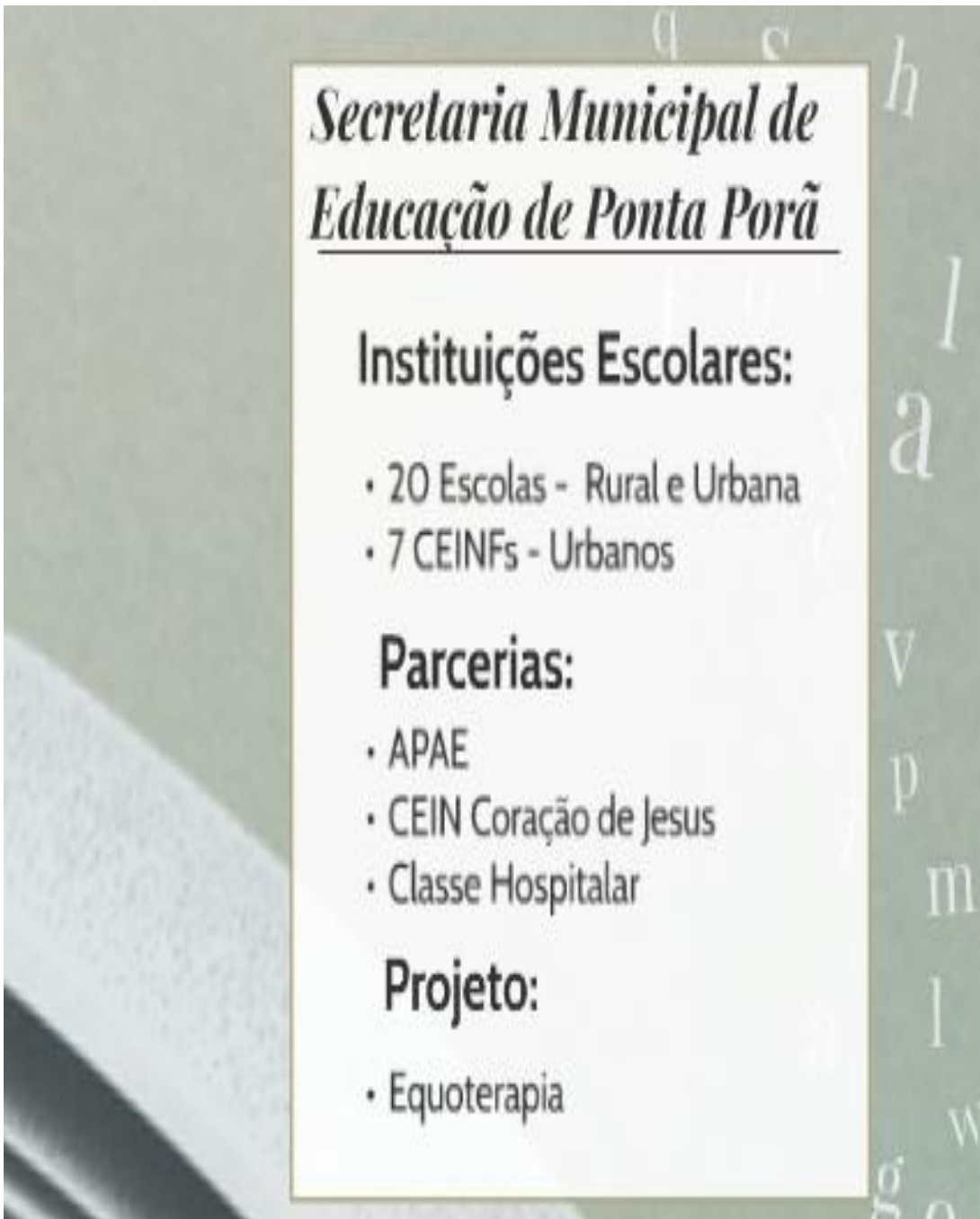
### **QUESTIONÁRIO SOBRE A PESQUISA REALIZADA NA SEME.**

ESTA ENTREVISTA FAZ PARTE DE UM ESTUDO MONOGRÁFICO E PEÇO-LHE A GENTILEZA EM RESPONDER AS QUESTÕES. OBRIGADA PELA ATENÇÃO.

#### ***3ª etapa – Questionário para a Secretaria de Educação.***

1. Qual a concepção de educação da SEME para a realização do atendimento pedagógico com os professores?
2. Os técnicos da SEME recebem alguma formação e/ou assessoria para realizar o trabalho de atendimento pedagógico aos professores do ensino fundamental I?
3. Qual a visão dessa atual gestão em relação à política municipal de educação?
4. Quais os principais objetivos e metas dessa gestão para o atendimento aos professores do ensino fundamental I?
5. Na sua visão o trabalho desenvolvido pelo setor pedagógico da SEME aos professores do ensino fundamental I atende às necessidades desses professores? Por quê?
6. Quais as dificuldades encontradas para implementar uma política educacional municipal que atenda as reais necessidades da educação das crianças e jovens na etapa do ensino fundamental I?

## **ANEXOS**

**ANEXO A -Documento interno da SEMEPP.**

***Secretaria Municipal de  
Educação de Ponta Porã***

**Instituições Escolares:**

- 20 Escolas - Rural e Urbana
- 7 CEINFs - Urbanos

**Parcerias:**

- APAE
- CEIN Coração de Jesus
- Classe Hospitalar

**Projeto:**

- Equoterapia

**ANEXO B-Dados da SEMEPP.**

## *Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã*

---

Total de Alunos: 12.147

Ensino Fundamental: 8.694

Educação Infantil: 3.453

### **Merenda Escolar:**

Creche Integral : 4 refeições ao dia

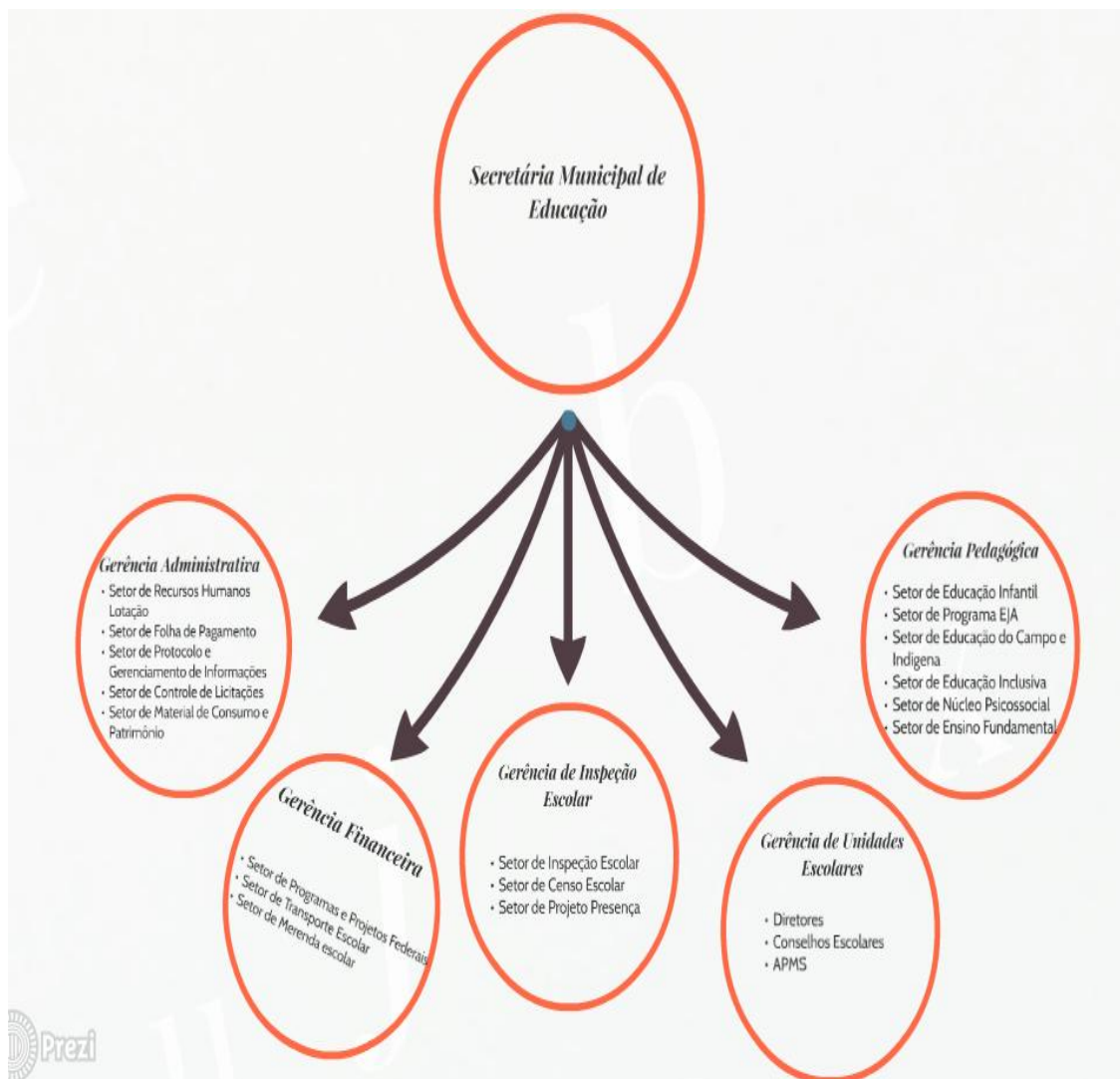
Escola Rural: 2 refeições ao dia

Escola Urbana: 1 refeição ao dia

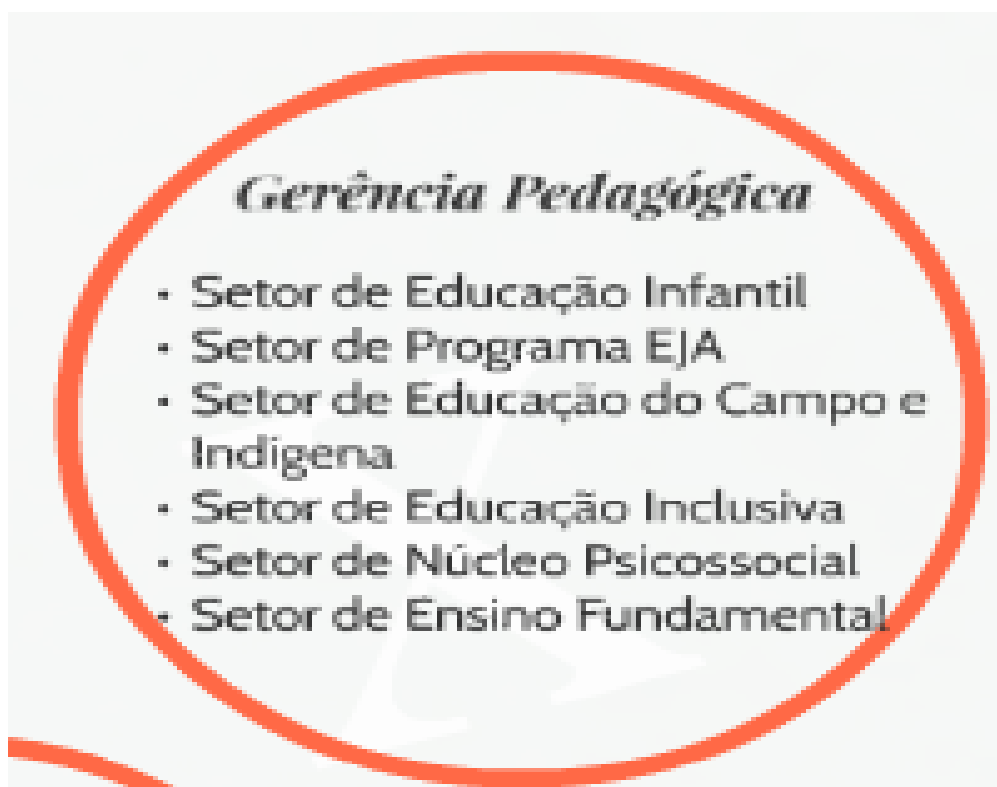
Escola Mais Ed. : 2 refeições ao dia



## ANEXO C-Organograma da SEMEPP.



## ANEXO D-Gerência Pedagógica



## **ANEXO E -Documento interno da SEMEPP: atribuições da Gerência Pedagógica**

### *Atribuições da Gerência Pedagógica*

---

O Setor Pedagógico tem como objetivo promover na rede municipal, propostas político-pedagógicas de educação, propiciando que cada unidade educacional elabore e desenvolva seu Projeto Pedagógico. Propor atividades que melhorem o desempenho educacional de alunos e profissionais da educação na relação ensino e aprendizagem, propondo, planejando, orientando e supervisionando as atividades administrativas pedagógicas das unidades escolares de competência de seus respectivos setores.

**ANEXO F - Documento interno da SEMEPP – Funções de gestão e coordenação**

*A importância do pedagogo nas funções de gestão e coordenação pedagógica das escolas*

---

- Coordenar a elaboração do PPP;
- Coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo ;
- Participar da elaboração do projeto de formação continuada ;
- Analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola;